



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**CONSUMO DE NOTÍCIA NAS PERIFERIAS CARIOCAS:
UM LEGADO HISTÓRICO DE AFASTAMENTO
CULTURAL**

SUELEN DA SILVA BASTOS

RIO DE JANEIRO

2017



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**CONSUMO DE NOTÍCIA NAS PERIFERIAS CARIOCAS:
UM LEGADO HISTÓRICO DE AFASTAMENTO
CULTURAL**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

SUELEN DA SILVA BASTOS

Orientador: Prof. Nilo Sérgio S. Gomes

RIO DE JANEIRO

2017



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Consumo de notícia nas periferias cariocas: um legado histórico de afastamento cultural**, elaborada por Suelen da Silva Bastos.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Nilo Sérgio S. Gomes
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Cristiane Henriques Costa
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Ivana Bentes
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

BASTOS, Suelen.

Consumo de notícia nas periferias cariocas: um legado histórico de afastamento cultural. Rio de Janeiro, 2017.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente ao meu Deus, que me ilumina, me protege e me guia. Sem ele eu nada seria e não teria conseguido chegar tão longe.

Ao meu pai, que é a minha força.

À minha mãe, que é minha base.

À minininha, que foi e sempre será a minha inspiração.

Ao meu cunhado, que tem sempre um conhecimento a agregar.

Ao meu eterno namorado, que me inspira a ser cada dia melhor.

Ao queridíssimo Nilo, que se mostrou um bom orientador, e um amplificador de ideias.

Aos meus tios e tias, meus segundos pais.

Aos meus primos, que amo como irmãos.

À minha digníssima anfitriã: minha vó.

Ao meu amado e querido velhinho, a quem não pude dar a alegria de ver mais um neto formado. Mas tenho certeza que, na glória, ele há de me contar que estava torcendo por mim.

BASTOS, Suelen. **Consumo de notícia nas periferias cariocas: um legado histórico de afastamento cultural.** Orientador: Nilo Sérgio S. Gomes. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Mesmo com a crescente massificação das tecnologias voltadas para comunicação e com a popularização da internet móvel, há uma problemática envolvendo os moradores de favelas no que concerne ao consumo de informação proficiente no meio digital. Este trabalho buscou entender quais os objetivos dessa camada da sociedade quando navega pelos endereços *online* e quais os tipos de notícias ela costuma consumir através dos meios eletrônicos. Apesar de estar surgindo no cenário urbano cada vez mais comunicadores comunitários e independentes, ainda não há um número significativo que possa determinar um novo padrão do morador de favela. Através de pesquisas e entrevistas, foi identificado que a maior parte dos cidadãos nessa esfera social utiliza os meios digitais para entretenimento e não aproveita a ampla abrangência da internet para uma autopromoção de conhecimento e ligação com o mundo externo ao contexto periférico. Além disso, o estudo apontou que esse atraso no desenvolvimento comunicativo desses indivíduos se mostra intrinsecamente ligado à histórica exclusão social e abandono do Estado sofrido ao longo dos anos, levando-os a acreditar que estão afastados culturalmente da maior parte dos fatos noticioso tradicionais.

Palavras chave: consumo de informação; favela; periferia

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – HISTÓRIA PREGRESSA.....	3
2.1 A escravidão e a liberdade desigual	4
2.2 Soldados: a força do Estado abandonada por seus representantes	10
2.3 Êxodos: a reprodução territorial da pobreza.....	13
3. FAVELA DE DENTRO PARA FORA	20
3.1. História das periferias cariocas.....	20
3.2. O poder paralelo e a sua influência	24
3.3 O morador de favela	28
3.4 – Notícia e noticiável no contexto social da favela	30
3.5 – O público alvo e a exclusão social.....	32
4 AFASTAMENTO CULTURAL E CONSUMO DE NOTÍCIA.....	35
4.1 – Análises da pesquisa.....	36
4.2 – A aproximação cultural e o consumo de notícia.....	39
4.3 – Comunicadores comunitários	42
5 – CONCLUSÃO	44
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXOS.....	51
APÊNDICES.....	56

1 – INTRODUÇÃO

A formação habitacional em sistema de favela como conhecida atualmente é um legado das políticas públicas de (des) habitação do final do século XIX e início do século XX. Do mesmo modo que a situação atual do favelado é um acumulado histórico de abandono e recriminação do Estado e da sociedade de uma forma geral.

Antes mesmo da composição territorial da favela, a população que formou e consolidou esse tipo de habitação ao longo dos anos, já carregava consigo um histórico de discriminação, abandono e exclusão social. A exclusão exercida sobre os moradores antes, durante e depois da consolidação das favelas gerou impactos sociais, culturais e estruturais nos indivíduos que, mesmo um século depois do surgimento da primeira favela carioca ainda não foram reparados.

Este trabalho tem como objetivo analisar como o morador de favela interage com os diversos tipos de notícias, perpassando, pela esfera digital, a televisiva, a radiofônica e a impressa. Isto porque essa problemática foi identificada como um dos efeitos colaterais da intensa exclusão social existente desde o surgimento do Brasil.

No que se refere ao consumo das informações proficientes, grande parte dessa camada da população não cultiva o hábito de buscar notícias abrangentes nas mídias tradicionais. A partir disso, para distinguir e mapear a questão levantada, este trabalho tem como aporte uma pesquisa feita com 100 moradores de diversas favelas localizadas no Rio de Janeiro e regiões durante os meses de setembro e novembro de 2017 escolhidos aleatoriamente

Além disso, foram realizadas entrevistas com comunicadores, ativistas e influenciadores comunitários para analisar a hipótese de haver uma relação entre a problemática do consumo de notícia e uma sensação de afastamento cultural do indivíduo.

O fotógrafo e comunicador independente do Complexo do Alemão, Bruno Itan, levantou a hipótese causal que será tratada como contracultura do conhecimento. Segundo ele: “os pais não podem dar o que não têm. Como eles vão dar educação para os filhos se eles não receberam dos seus pais, que, por sua vez, não receberam dos pais deles!”¹ Ou seja, costumes reproduzidos de geração em geração que ocasionaram uma reação em cadeia, resultando na alienação de parte da população.

¹ Questionamento feito por Bruno Itan durante diálogo com a autora em agosto de 2017.

Após longo período de aprisionamento, a população negra foi “lançada” na sociedade sem nenhum preparo para que isso ocorresse de forma saudável. Nem foi realizada qualquer reparação social aos diversos danos psicológicos, afetuosos e cognitivos gerados durante os séculos de escravização. Diante desta questão, este trabalho enfatizou as histórias humanas contidas na consolidação da favela. A intenção dessa proposta, no entanto, não é manchar ou menosprezar a imagem do favelado. Ao contrário, este estudo visa conhecer as raízes e efeitos do problema para, futuramente, propor soluções.

Após a ancestralidade da população, é apresentada algumas questões que envolvem as exclusões e preconceitos vivenciados por moradores de favelas, ainda na atualidade. Problemáticas que interferem na formação do indivíduo enquanto cidadão e que o limitam, além de contribuir para a histórica exclusão social das classes mais pobres.

Por fim, durante a pesquisa, a questão do consumo de notícias se mostra evidente. Este trabalho, entretanto, não tem o objetivo de reforçar o estereótipo de que o favelado não consome informação proficiente. Ao contrário, cada vez mais a população tem se empenhado em manter-se informada sobre o que acontece na sua região. A atitude, entretanto, reafirma a hipótese de haver um sentimento de afastamento cultural em relação às notícias tradicionais, já que, ao contrário, ela se interessa por informações culturalmente próximas.

Ao delinear o favelado, no entanto, este trabalho não poderia deixar de mencionar as pessoas que não estão inseridas nesse perfil e que, inclusive, têm grande importância na luta contra a exclusão social a partir do conhecimento. O ativismo e o midiativismo através da comunicação comunitária, independente e livre, está cada vez mais em alta nas favelas cariocas, com jovens periféricos conscientes e influenciadores na formação da consciência sobre os direitos e deveres, criando uma rede colaborativa de produção contra hegemônica. Muitas vezes são pessoas politizadas, que usam da internet para absorver e disseminar conhecimento. Essa camada da favela ganha cada vez mais espaço e é tratada com respeito pelos demais moradores, que reconhecem neles a representatividade na luta por igualdade social.

2 – HISTÓRIA PREGRESSA

Três situações na história das periferias cariocas, relacionadas à consolidação populacional, serão destacadas neste capítulo: a Lei Áurea, em 1888, que foi o último ato de uma lenta investida do Governo Imperial brasileiro para libertar os escravizados no país (neste trabalho, entretanto, o tema será abordado com foco no estado do Rio de Janeiro); o fim da Guerra de Canudos, em 1897, que, pouco tempo depois da abolição da escravidão, trouxe ao Rio de Janeiro uma gama de soldados em busca da promessa de moradia, feita pelo Governo da época e não cumprida; e, por último, o êxodo rural, que teve seu momento mais expressivo entre as décadas de 1920 e 1930, com um intenso fluxo de migração, principalmente da população nordestina, em direção à região Sudeste do país (em sua maioria para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo), para tentar melhores condições de vida e de trabalho.

Os três povos têm características e histórias completamente diferentes entre si, mas a grande parte deles foi parar no mesmo lugar por motivos semelhantes: estavam inseridos nas classes sociais mais baixas e, não raro, viviam abaixo da linha da pobreza. Mesmo tendo suas vidas ligadas às favelas cariocas em momentos históricos distintos, enfrentaram o mesmo problema: a falta de um sistema público de habitação voltado para a grande massa da sociedade que lhes integrassem com suas particularidades e necessidades.

O interesse em retratar a história destes povos durante um determinado período histórico vai além da contribuição que eles tiveram no surgimento e no povoamento das favelas aqui focados no fenômeno ocorrido na região carioca. O estudo considerou que as trajetórias, culturas e características destes três grupos, combinadas às circunstâncias históricas, populacionais, sociais e trabalhistas em que viveram no final do século XIX e início do século XX, influenciaram direta ou indiretamente sobre o modo como os favelados lidaram – e lidam até hoje – com tudo o que acontece fora dos territórios favelizados², em especial, o consumo de notícia, tema principal deste trabalho.

Sendo assim, entende-se como necessário destrinchar as pormenoridades de cada etapa dos percursos pré-determinados para estudar os impactos sofridos e compreender as problemáticas que envolvem o tema.

² Expressão utilizada para denominar o limite territorial onde se encontram as aglomerações de moradias denominadas de favelas, além de seus arredores, os chamados “Pé do Morro”. Um território favelizado é um local físico onde a favela – e todos os seus conceitos – se instalam.

2.1 A escravidão e a liberdade desigual

A segunda era do Império no Brasil – e última também – se projetava para uma iniciativa progressiva, porém, lenta, em favor da abolição total da escravidão no país. Dom Pedro II, Imperador do Brasil durante 48 anos (de 1840 a 1889), era uma das poucas figuras públicas que se opunham publicamente à escravidão e suas vertentes, como, por exemplo, o tráfico dos afrodescendentes, que eram trazidos aos montes da África para a América Latina, sempre em situações desumanas, dentro dos porões insalubres dos navios. Cerca de 15% dos negros escravizados na África morriam na travessia do Atlântico, que poderia durar, até 73 dias, dependendo da região de onde os navios saíam (GOMES, 2007).

A primeira oposição nacional à escravidão foi promovida tão somente contra o tráfico. Pretendia-se suprimir a escravidão lentamente, proibindo a importação de novos escravos. À vista da espantosa mortalidade dessa classe, dizia-se que a escravatura, uma vez extinto o viveiro inesgotável da África, iria sendo progressivamente diminuída pela morte, apesar dos nascimentos. (NABUCO, 2000, 3).

Inicialmente, a intenção da Coroa era apenas proibir a importação de negros e deixar que os escravos se extinguissem “naturalmente” pelo passar dos anos. Ou seja, a escravidão não seria proibida e o fim dessa prática dependeria unicamente da morte dessa população. Essa ideia, além de ser uma posição omissa, foi um dos motivos pelo retardo do Brasil em abolir o trabalho escravo.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós aboliu definitivamente o tráfico de escravos no Brasil, o que significou um pequeno avanço na luta contra o trabalho servil. Apesar disso, a medida tomada por Dom Pedro se mostrou falha, pois o tráfico de escravo foi proibido, mas a escravidão não. Ou seja, enquanto houvesse senhores de engenho com dinheiro e liberdade para comprar escravos, haveria, em contrapartida, traficantes que trariam os africanos escravizados para o território brasileiro. E foi o que aconteceu.

A sociedade, de um modo geral, não só era a favor, como também dependente da mão de obra escrava muito antes do Segundo Reinado, como definiu bem Laurentino Gomes sobre a nação que Dom Pedro I comandava: “Pobre, analfabeto e dependente de mão de obra escrava, o novo Brasil deixado por D. João ao seu filho D. Pedro I continuava anestesiado por três séculos de exploração colonial que haviam inibido a livre iniciativa e o espírito empreendedor” (GOMES, 2007, 332). Além disso, o Brasil estava no auge da produção de café e os grandes proprietários precisariam buscar soluções para a substituição de escravos com baixa rentabilidade.

Essa situação evidencia uma característica social brasileira negativa em relação à escravidão, principalmente se comparada ao âmbito internacional. A sociedade brasileira era representada pela chamada classe alta, muito influente nas tomadas de decisões pelos políticos da época, e eles não queriam acabar com a servidão negra porque não era interessante para seus negócios.

Joaquim Nabuco (2000) ressaltou que a ação da Coroa para controlar a situação, quando comparada à autonomia que tinha para tomar decisões, foi relativamente pouca e lenta, porque o imperador tinha medo de “quebrar” a economia do país. Apesar de uma postura relativamente fraca no combate à escravidão, o papel da Coroa foi fundamental na abolição do trabalho servil (MOSSÉ, 2015), pois Dom Pedro II e sua filha, a princesa Isabel, se posicionaram com repugnância sobre o assunto. Mesmo assim, na mesma em que se discutia e tentava dissipar a ação de navios negreiros, os políticos voltaram a discutir a questão das terras e de sua monetização.

Nesse sentido, Regina Gadelha (1989) apontou que a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas de 1850, marcaram o ponto de finalização de um sistema econômico puramente colonial escravocrata e deu início à uma nova era do sistema econômico no Brasil: o capitalismo. A partir da proibição do tráfico de escravos, os proprietários de terras precisavam solucionar três grandes questões que lhes surgiram: a substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres; assegurar suas terras, para que nenhum cidadão livre encontrasse um terreno vazio e se apossasse dele; além de arrumar novos meios de obtenção de riquezas, para suprir a queda do lucro sem a mão de obra escrava.

Tudo isso foi englobado na Lei de Terras, que dificultava o acesso à propriedade às classes menos favorecidas e aos estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, atraía o segundo grupo como mão de obra livre, apresentando a possibilidade que eles teriam de se tornar proprietários de lotes de terras devolutas (termo usado para terras sem proprietários e sem a apropriação do governo) com suas próprias economias.

Por outro lado, como a nova lei empregava um alto valor ao solo, o acesso era realmente facilitado apenas aos grandes fazendeiros, que já possuíam valor suficiente para a compra, e podiam obter lucro através dessa terra. Ou seja, essa lei serviu apenas para reafirmar, a partir dela com embasamento jurídico, a disposição latifundiária existente no Brasil, que favorecia apenas os ricos e poderosos (GADELHA, 1989).

É perceptível que a sociedade brasileira como um todo não só era negligente com a questão humanitária como se antecipava aos avanços, criando mecanismos de proteção para manter a alta sociedade sempre privilegiada. Para comprovar, basta observar que mais de 30

anos antes da Lei Áurea (e mais de uma década antes da Lei do Ventre Livre), o acesso à moradia e ao trabalho para negros e pobres já era delimitado e dificultado dentro da sociedade através da Lei de Terras.

O então deputado Joaquim José Rodrigues Torres, também Ministro da Marinha à época, definiu bem a própria intenção ao dizer que a Lei de Terras foi muito mais um ato colonizador e “industrial” do que político (TORRES *apud* GADELHA, 1989). A terra, que antes era doada pelo sistema de sesmarias, deixou de ser vista como um bem social, que era privilégio dos proprietários, e passou a ser um artigo de compra e venda, um produto capaz de gerar lucro. Ao mesmo tempo, pequenos proprietários foram expulsos de suas terras por não se enquadrarem mais na legislação vigente.

Após a Lei Eusébio de Queirós abrir caminho para a liberdade dos negros no Brasil, o próximo passo da monarquia demorou mais de 20 anos. A Princesa Imperial Regente no Brasil vivia seu Primeiro Período Regencial em 1871, durante uma viagem de Dom Pedro II, quando assinou a Lei do Ventre Livre. Essa lei tornou oficialmente livre todos os filhos de escravos nascidos a partir dela. No entanto, Laurentino Gomes (2007) aponta que a liberdade, nas condições da época, nem sempre resultava em uma melhora significativa de vida, já que o negro forro – como eram chamados os escravos que recebiam ou conquistavam a carta de liberdade, chamada alforria – muitas vezes iniciava sua liberdade sem estudos, o que por si só já é um fator de extrema desigualdade. Além disso, eles também não tinham nenhuma condição de se sustentar, então tiveram que se submeter a trabalhos pesados, com longas jornadas, para garantir pequenos pagamentos diários.

A liberdade não significava melhoria de vida. No cativeiro, a posse e a manutenção dos escravos era regulada com algum rigor pela legislação vigente. Seus donos tinham a obrigação de alimentá-los, dar-lhes moradia e assistência mínima para garantir sua sobrevivência. A lei previa que, em caso de maus-tratos comprovados, o senhor do escravo poderia perder sua propriedade, o que representava prejuízo financeiro. Livres, no entanto, os negros forros ficavam entregues à própria sorte, marginalizados por completo de qualquer sistema de proteção legal e social. Em muitos casos, a liberdade era um mergulho no oceano de pobreza composto por negros libertos, mulatos e mestiços, à margem de todas as oportunidades, incluindo educação, saúde, moradia e segurança — um problema que, 120 anos depois da abolição oficial da escravidão, o Brasil ainda não conseguiu resolver (GOMES, 2007, p. 257).

A Lei do Ventre Livre determinou que os donos das escravas tinham a obrigação de criar e cuidar de seus filhos durante a infância. Nesse período, eles podiam escolher se queriam ou não utilizar os serviços das crianças. A partir dos 8 anos, o senhor de engenho

também tinha a opção entre receber uma indenização do Estado ou continuar utilizando os serviços do jovem até a idade da libertação, aos 21 anos (LIMA, 2012).

Para Joaquim Nabuco, no que concerne aos beneficiários da ação da Coroa em 1871, há um defeito na lei “que precisava ser emendado de acordo com o sentimento da dignidade cívica” (NABUCO, 2000, 35). Os senhores de engenho tinham a obrigação de cuidar dos filhos de escravas nascidos após a lei, mas a educação, a construção social, psicológica, profissional, entre outras questões acerca da cidadania – condição que a lei tentava devolver –, que deveriam ser empregadas justamente em um momento de extrema importância para a formação do caráter do indivíduo, não fazia parte desse contrato.

Apesar de ser um defensor dos interesses dos senhores de engenho, Cristiano Ottoni fez uma importante reflexão humanitária sobre essa questão. “E que cidadãos são esses? Como vêm eles depois para a sociedade, tendo sido cativos de fato, não sabendo ler nem escrever, não tendo a mínima noção dos direitos e deveres do cidadão, inçados de todos os vícios da senzala?” (OTTONI *apud* NABUCO, 2000, p. 35).

Para Nabuco, a lei não passou de “um artifício fraudulento para enganar o mundo, os brasileiros, e, o que é mais triste ainda, os próprios escravos” (NABUCO, 2000, 36).

O mercado de escravos continua, as famílias são divididas, as portas delineadas na lei não foram ainda rasgadas, a escravidão é a mesma sempre, os seus crimes e as suas atrocidades repetem-se frequentemente, e os escravos vêm-se nas mesmas condições individuais, com o mesmo horizonte e o mesmo futuro de sempre, desde que os primeiros africanos foram internados no sertão do Brasil (NABUCO, 2000, 36).

Com um cenário tão desfavorável, a abolição total da escravatura no Brasil demorou ainda mais para ser decretada. 17 anos se passaram depois da Lei do Ventre Livre sem atualizações na luta por liberdade. Essa lentidão da Coroa em tomar decisões positivas, tornou o país a última nação do mundo a abolir a escravidão (STEDILE, 2005). Foi somente depois de muita pressão internacional, principalmente da Inglaterra, que a princesa Isabel aboliu de vez o trabalho servil.

A Lei Áurea foi assinada durante o Segundo Período Regencial da princesa, em 1888, enquanto Dom Pedro II viajava para cuidar da saúde. A medida classificou a prática da escravidão ilegal em todo o território brasileiro até os dias atuais, como mostra o texto da Lei Nº 3.353, de 13 de maio de 1888. “Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda

executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara”³.

A lei abolicionista foi necessária e urgente, porém, o povo preto precisava de muito mais do que foi ofertado naquele momento pós-escravidão. O texto era claro e objetivo ao condenar a prática escravagista, mas não abordava a construção da cidadania daquele povo.

A demanda social e humanitária foi completamente ignorada. A Lei Áurea não fornecia qualquer tipo de apoio psicológico ou social para os recém-libertos. Muitos deles nunca tinham passado pela experiência de viver em uma sociedade livre, pois já haviam nascidos inseridos nos séculos do período colonial-escravocrata no Brasil (STEDILE, 2005). Sendo assim, foi desleal e injusto esperar que eles alcançassem igualdade social após todos esses anos de exclusão.

Apesar de Thomas Jefferson ter esboçado uma demanda de direitos humanos já no século XVIII (HUNT, 2009), a forma como as questões humanitárias são vistas atualmente são relativamente modernas e não faziam parte do debate à época. Isso porque existe um choque entre a questão dos direitos humanos e a soberania dos chefes de Estado, que torneiam a definição de legal e legítimo (JUBILUT 2008⁴).

Por um lado ele envolve a questão da legitimidade e por outro lado, ele envolve a questão da legalidade. Esse conflito é evidenciado na prática de intervenções humanitárias quando uma norma central do cenário internacional – a limitação do uso da força – é questionada à luz da necessidade da proteção de direitos humanos (JUBILUT, 2008, 409).

Apesar da revolução causada pelas leis antiescravagistas, elas eram falhas no que diz respeito ao planejamento de vida para o povo negro, até porque, esse interesse não existia entre a classe dominante. A alta sociedade não queria ver homens e mulheres afrodescendentes pertencendo à mesma sociedade que ela, convivendo nos mesmos bairros, dividindo o mesmo transporte público, disputando as mesmas vagas de emprego.

Como Nabuco (2000) previa, os negros estavam livres, entretanto, não tinham condições de comprar terras com seu próprio pecúlio. Também não tinham educação e, naquele cenário, precisaram disputar trabalho com os europeus trazidos pelo incentivo da

³ Texto da Coleção Das Leis Do Império Do Brasil, de 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm . Acessado em 17/07/2017.

⁴ Este artigo teve versões anteriores apresentadas nas aulas da matéria Recurso da Força no Direito Internacional (traduzido pela autora desta monografia), na Escola de Direito da Universidade de Nova York (traduzido pela autora desta monografia), em 2005, e como capítulo da tese de doutorado de Jubilut (A Legitimidade da Não-Intervenção em face das Resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas), apresentada à Universidade de São Paulo, em 2007. Contudo, segundo a própria, não chegou a ser publicado em nenhuma das duas ocasiões anteriores.

Lei Eusébio de Queiros. Ou seja, até mesmo as ações abolicionistas continham fragmentos de decisões que atrapalhavam a prosperidade do negro (STEDILE, 2005).

Além disso, antes da Lei Áurea, os senhores feudais apelaram para uma estratégia emocional para garantir que seus escravos continuassem trabalhando de bom grado, pois temiam o abandono massivo de suas fazendas como uma das consequências da abolição.

Rios e Mattos (2004) contaram que muitos proprietários de escravos se anteciparam à abolição e concederam alforrias aos negros de suas propriedades. Desta forma, eles incutiam em seus escravos um sentimento de gratidão por ter recebido a liberdade diretamente deles e não do Estado, como se isso fosse um presente bondoso.

A estratégia foi certa, porque gerava no negro forro um sentimento de dívida com seu senhor. Porém, teve o auxílio dos laços afetivos que os escravos criaram entre si. No período pós-escravidão, muitos recém-libertos consideraram “vantajosa a permanência na região em que já eram conhecidos e nas quais já contavam com uma rede de parentes e amigos” (RIOS e MATTOS, 2004, 179) e passaram a vender suas forças de trabalho aos grandes fazendeiros por subsistência.

As autoras classificam ainda como estratégica a decisão dos negros forros de deixar ou não as fazendas. Para elas, era necessário estar preparado para certas consequências arriscadas ao exercer a liberdade e “conseguir condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes da visão de liberdade dos últimos cativos” (RIOS e MATTOS, 2004, 179), como conquistar moradia, subsistência por meio do trabalho, vida em família, produção doméstica, entre outras coisas.

Essa situação reafirma a posição de inferioridade que o negro era colocado na sociedade. Eles foram o tempo todo expostos a situações constrangedoras e opressoras. Impedidos de se tornarem pequenos produtores e competindo com a mão de obra estrangeira, uma parcela dos recém-libertos foi procurar subsistência nos centros urbanos.

A Região Portuária do Rio de Janeiro recebeu muitos emancipados, que viam no Cais do Porto uma fonte inesgotável de trabalho. Já que a movimentação de navios de carga era grande na cidade, eles vendiam suas forças de trabalho por sobrevivência.

Com trabalhos informais, em sua maioria, nas proximidades do porto ou como domésticos, eles precisavam residir próximo aos locais de trabalho. No período pós-emancipação, muitas mansões que não puderam ser sustentadas sem o trabalho servil foram transformadas em casas de cômodo, que abrigavam diversas famílias.

No mesmo estilo, havia também os cortiços, localizados principalmente no Centro da Cidade. Em 1880 foi criado o ícone desse estilo habitacional: o Cabeça de Porco. Apesar

de muito popular entre as classes menos favorecidas, os cortiços duraram pouco. O Cabeça de Porco, por exemplo, foi destruído 13 anos após seu surgimento, em 1893 pelo então prefeito Cândido Barata Ribeiro, para ações territoriais na cidade. Com isso, muitas famílias livres começaram a ocupar, irregularmente, a encosta localizada atrás da Estação Ferroviária Dom Pedro II – atual estação Central do Brasil.

2.2 Soldados: a força do Estado abandonada por seus representantes

Como já visto neste trabalho, Regina Gadelha (1989) afirmava que os acontecimentos legislativos do ano de 1850 deram início a uma mudança na economia brasileira. O sistema econômico do Brasil colonial era voltado para a exportação das especiarias produzidas em território nacional, em especial, o café e o açúcar. No período pós-abolição, o modelo agroexportador entrou em crise e abriu brechas no cenário político.

Com o fim da escravidão, a monarquia perdeu grandes aliados como os fazendeiros, que se sentiram lesados por não terem recebido nenhum tipo de indenização do governo ao serem obrigados por lei a libertar suas “propriedades”. Os progressistas, por sua vez criticavam o império pela demora em acabar com o trabalho servil.

Sem prestígio, o Império do Brasil caiu em 15 de novembro de 1889 por um golpe político-militar liderado pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca. A economia brasileira passou a ser influenciada pelo capitalismo e pelas ideias liberais que corriam na época. Faber, Severo e Wolf (2008) destacam que a partir da década de 1850, o capital cafeeiro e internacional financiou a instalação de centenas de fábricas, bancos e companhias de navegação no Brasil. Apesar dessa “explosão” industrial, o setor produzia basicamente bens de consumo. Somente na virada do século, a produção industrial destinou-se para a substituição dos produtos até então importados e consumidos no território nacional.

Foi nesse cenário de novidades e incertezas políticas e econômicas da recém-criada República Federativa do Brasil que surgiu, em 1893, no interior da Bahia, um grupo de camponeses flagelados pelo clima desfavorável do sertão e da desigualdade social. Eles se uniram em um arraial para tentar buscar salvamento através da coletividade. Liderados por Antônio Conselheiro, o Arraial de Canudos – originalmente denominado Belo Monte – foi um movimento social radicalista, que começou em defesa de direito e condições melhores para a massa camponesa e, mais tarde, foi aberto à população geral (MOURA, 2000).

O local do arraial era protegido por serras e caatingas. Ali próximo existia também um monte que levava o nome da vegetação predominante no local: a flor de Favella. Segundo

Clóvis Moura (2000), Canudos reflete o antagonismo e contradições existentes, principalmente, na relação entre o latifúndio e a massa camponesa da época.

Antônio Conselheiro já militava há tempos e escolheu uma fazenda abandonada, localizada a 270 km de distância da capital da Bahia, para instalar o arraial. Mas o que começou como um movimento pequeno, de uma parcela menor da população, tomou condições exorbitantes e começou a chamar a atenção dos governantes. O intuito do grupo não era combater o poder vigente ou dar um golpe para instalar seu modo de distribuição de bens. Eles estavam ali para sobreviver através da organização coletiva.

Correndo a notícia da fundação do arraial, logo para lá se dirigiram pessoas de vários estados do Nordeste como do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e até de São Paulo, todos procurando encontrar melhores perspectivas de vida. Grande massa de camponeses pobres, remediados e mesmo elementos de outras profissões para lá acorreram na ânsia de melhorar o futuro e, ao mesmo tempo em decorrência da fama de que já gozava Antônio Conselheiro na região. Em consequência, o arraial cresce rapidamente num ritmo febril (MOURA, 2000, 33).

Mesmo com as proporções grandiosas que o arraial tomava, Antônio Conselheiro conseguia manter a ordem do lado de dentro, com organização própria e voluntária. A única diferença é que, quanto mais crescia, mais Conselheiro dividia e “terceirizava” as demandas da organização, instituindo responsáveis por cada setor do coletivo.

Do lado de fora, o arraial, apesar de forte, não foi capaz de incomodar os governantes de uma sociedade tão excludente em um primeiro momento. Pelo contrário, Marco Antônio Villa (1992) afirmou que, completamente marginalizado no período inicial, o arraial estava abandonado à própria sorte e era completamente ignorado pelo governo.

O arraial de Belo Monte começou a crescer tanto, que regiões vizinhas, também abandonadas, foram invadidas pela população que aumentava cada vez mais. Na economia de Canudos não circulava dinheiro. Para as transações, os canudenses utilizavam vales que, com o passar dos anos, começaram a ser aceitos na vizinhança, o que demonstra o crescimento do poder econômico, político e social do grupo, que era completamente independente.

Com isso, Canudos foi ganhando fama e saindo da obscuridade. Os fazendeiros e comerciantes próximos ao arraial temeram perderem suas posses e influências para o grupo, que funcionava em um sistema completamente contrário ao Brasil republicano. Esses proprietários diziam acreditar que Antônio Conselheiro e os canudenses queriam realmente voltar ao regime monarquista o que causou medo generalizado na população brasileira.

Canudos se tornou uma ameaça tão grande que chegou aos líderes da inexperiente República, presidida por Prudente de Moraes, primeiro civil a ocupar o cargo. O arraial ganhou fama negativa devido ao boato espalhado pelos proprietários locais. A República se sentiu desafiada, principalmente depois de ter três expedições, comandadas por experientes oficiais, derrotadas pelos seguidores de Antônio Conselheiro.

Em 1896 deu-se início a uma sangrenta investida do Governo Federal contra Canudos, que durou até o ano seguinte, em 1897, e gerou um saldo de mortos assombroso para os dois lados da batalha. O arraial, com população comparável à segunda maior cidade da Bahia à época (SOUZA, 2012), foi completamente dizimado. Foram cerca de 25 mil pessoas assassinadas. O número de baixas da força militar foi de 5 mil soldados.

Para lutar a sangrenta guerra sem uma ameaça explícita, o Ministério da Guerra prometeu que pagaria os soldos atrasados e lhes daria moradia. Embalados pela possibilidade de melhorar de vida, os soldados venceram a batalha. Mas após o genocídio, os foram abandonados pelo poder público.

Licia Valladares (2000) relata que, em 1897, quase dez anos depois da Lei Áurea, sem perspectiva, os vitoriosos da Guerra de Canudos se alojaram em casebres instáveis e irregulares em morros na região central do Rio, como forma de pressionar o Ministério da Guerra a apagar os soldos prometidos e as devidas residências. A intenção era que a moradia estabelecida em barracos de madeira fosse rápida e passageira, mas a pressão não deu certo e eles permaneceram no mesmo lugar.

Não há muitos registros oficiais sobre as ocupações irregulares em morros cariocas. Apesar disso, o morro mais conhecido nessa história foi a encosta localizada na parte de trás da Estação Dom Pedro II – hoje denominada Central do Brasil.

De acordo com Valladares, a partir da ocupação dos ex-combatentes, o local, antes denominado Morro da Providência (nomenclatura que seria devolvida mais tarde) ficou conhecido como Morro da Favella, em uma clara referência à Guerra de Canudos. A partir disso, o nome do lugar passou a ser empregado ao estilo habitacional.

O morro da Favella, até então denominado morro da Providência, passa a emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro. (VALLADARES, 2000, 7)

Depois dos militares, a população do Morro da Favella foi engrossada, em sua maioria, por ex-escravizados, expulsos de um dos maiores cortiços do Rio Antigo, o Cabeça de Porco, que foi “consagrado símbolo das habitações coletivas insalubres do século XIX”

(VAZ, 1986, 584) e, inclusive, é considerado por alguns pesquisadores como a “semente da favela”.

Na virada do século, alguns exemplos de habitação popular apresentam traços da forma antiga e da forma nova. É neste sentido que se dizia que o Cabeça-de-Porco seria uma “semente da favela”: pela presença de barracões e de casebres no interior do grande cortiço. Por outro lado, as primeiras fotos do morro da Favela mostram a presença de casas coletivas baixas e compridas, formadas pela sucessão de casas de porta e janela que, dificilmente, poderiam ser chamadas de autoconstruídas. (VAZ, 1994, P. 591 e 592).

Por ironia, os soldados que foram à Bahia combater um grupo comunitário, marginalizado e abandonado pelas autoridades, foram o pivô da criação do estilo de habitação que viria a ser o mais rejeitado, marginalizado e excluído da sociedade, mas com um agravante: enquanto os habitantes do Arraial de Canudos não estavam interessados no mundo exterior, na favela criou-se um poder paralelo através do crime organizado, que compete e combate diretamente com o Estado e suas forças.

2.3 Êxodos: a reprodução territorial da pobreza

“Historicamente, no Brasil, é difícil falar de pobreza sem atentar para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social” (GONÇALVES: 2001, 179⁵). A frase dita pelo padre Alfredo José Gonçalves, da Congregação dos Missionários de São Carlos, sintetiza uma grave questão, que acabou se tornando uma característica histórica do povo brasileiro ao longo dos séculos.

Em diversos momentos político-sociais, a migração interna se mostrou presente na narrativa brasileira. Não foram poucas as vezes em que um grupo determinado se deslocou territorialmente dentro do país e, na maioria das vezes, essa mudança estava ligada com a questão econômica das regiões envolvidas.

Os momentos de transição tiveram como pivô da mudança a oferta/escassez de trabalho. Ou seja, onde a oferta é baixa, a população demanda, onde a oferta é mais generosa, ou pelo menos, há a expectativa de que seja mais generosa, a população se aloja.

⁵ Exposição feita pelo autor no Seminário sobre População e Pobreza, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), de 13 a 16 de agosto de 2001, em Brasília (DF), e publicado na revista Estudos Avançados. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300014>. Acessado em: 17/10/2017.

A pesquisadora Isabel Cristina Martins Guillen (2001), da Fundação Joaquim Nabuco, localizada no estado de Pernambuco, aponta que essa situação recorrente na história brasileira, envolve, principalmente, a população do Norte e do Nordeste do país, o que gerou uma onda de preconceito contra os nordestinos, em especial.

Segundo ela, “quando se trata de migração nordestina, tudo se passa como se fosse uma decorrência econômica e social natural, levando-se em conta a construção imaginária do tripé Nordeste/ seca/ migração” (GUILLEN, 2001, n.p.). A região Nordeste brasileira realmente foi assolada e devastada por duros períodos de fenômenos naturais que castigavam a população local, entre os mais catastróficos, a seca. Um dos períodos mais devastadores ocorreu no ano de 1877 e trouxe muitos problemas à população, entre eles, a migração em massa, a violência como problema secundário da migração, mortes como questão terciária à violência, além do agravamento da pobreza, da deficiência na educação e desemprego (GADELHA & LIMA 2017).

A mortalidade humana apresentou-se de forma expressiva. Uma das causas apresentadas para essa ampliação de vítimas da seca foi a migração campo/cidade, que favoreceu a violência (assassinatos), a fome (os recursos públicos não atingiam o migrante) e as doenças (epidemias) [...] A grande seca de 1877-1879, com duração de três anos, foi expressiva em suas consequências, fazendo com que a questão da violência assumisse plano secundário. A parcela social menos favorecida economicamente, durante o século XIX, foi a que mais sofreu com a falta de água, levando-a a processos migratórios do campo para a cidade, proporcionando um campo de conflitos de realidades diferentes. A seca deixava de ser apenas um fenômeno climático para ser uma questão social, atingindo campo e cidade. Os retirantes, dentro de uma perspectiva imaginária de centro administrativo e de poder, passaram a identificar a cidade como local de assistência aos pobres flagelados pela seca. A migração fez com que o conceito de pobreza, caridade e responsabilidade social se transmutasse, levando o governo a assumir a gestão da pobreza sob as formas de controle, disciplinamento e caridade, com aparência filantrópica (102).

A partir daí, começou um grande fluxo de migração dos nordestinos para outras regiões do país. Entretanto, José Gonçalves aponta que a seca não é, por si só, o grande motivo pela saída em massa da população dessa região. Segundo ele, “a seca apenas agrava uma situação fundiária já extremamente desigual. Mais que a seca, o que expulsa o nordestino é a cerca. Cerca que, como hoje sabemos, concentra não somente a terra, mas também a água” (GONÇALVES, 2001, 180), afirma.

Em síntese, Gonçalves demonstra que a questão é muito mais profunda do que um problema climático natural e passou a se tratar de uma questão de domínio e concentração de poder, em que os dominantes não visam o bem-estar social e coletivo. “Podemos afirmar

que a estiagem marca a hora da partida, mas a causa profunda do êxodo reside na estrutura fundiária já assinalada” (GONÇALVES, 2001, 180).

A migração como questão social reflete a instabilidade vivida pela população das classes menos favorecidas. Fausto Brito (2009), explica que a questão do deslocamento populacional interno no Brasil revela a hipótese de que o migrante relacione a probabilidade de conquistar um emprego na área urbana com a decisão final de mudar drasticamente seu local de habitação. Ou seja, a maioria das pessoas que resolve migrar em busca de melhores condições, tem a consciência de que a mudança garante emprego.

Brito (2009) diz ainda que a decisão de migrar de uma região à outra acontece mesmo havendo desemprego também no meio urbano, porque há certo tipo de especulação acerca da sustentação em médio e longo prazo. Ou seja, a pessoa sabe que da mesma forma que há a possibilidade de arrumar um emprego, também existe a possibilidade dela ficar desempregada. Mesmo que o migrante saiba que, no início, vai permanecer por algum tempo sem conseguir um emprego, ele acredita que é mais provável conseguir algum dia mudar de vida no meio urbano do que no local de onde saiu.

E eles não estão totalmente errados. A transformação vivida pela população brasileira foi um reflexo das mudanças, principalmente, na economia do país. De fato, a sociedade estava em processo de urbanização e, nesse meio, por mais que não houvesse emprego fixo e formal para toda a população, haveria sempre uma demanda extra de trabalhos informais, os chamados “bicos”.

Vale sublinhar, ainda, que os responsáveis pelas grandes obras, as empresas de construção civil, o trabalho doméstico e até os serviços em geral preferem, em não poucos casos, contratar a mão-de-obra temporária. Ela se adapta perfeitamente à oscilação da demanda nos setores apontados e, além disso, isenta a empresa dos encargos sociais mais onerosos e permanentes (GONÇALVES, 2001, 178).

O problema disso é a instabilidade. Uma hora o trabalhador tem demanda e consegue boa remuneração pelo seu trabalho, mas, outro dia, ele não pode contar com o mesmo benefício. Situação que foi definida por José Gonçalves como “um mercado informal que cresce na proporção da exclusão social” (GONÇALVES, 2001, 180).

Assim como as constantes migrações em massa no país estão ligadas à questão social de pobreza, o processo de urbanização está intrinsecamente ligado à industrialização.

Claudia Aparecida Cara e Francieli Mezzomo França⁶ (2008), explicam que a forte crise que o país enfrentou em 1929 afetou drasticamente a produção de café, até então tida como o pilar que sustentava a economia do Brasil. O país perdeu força economicamente e poder aquisitivo, afetando a capacidade de exportar o produto e, assim, de importar artigos consumidos no território nacional. Essa situação acabou forçando a produção nacional destes artigos, em substituição aos que eram importados.

Contudo, no Brasil, com a crise de 1929 há uma diminuição da exportação do café seguida de uma superprodução e redução drástica no preço do produto, que acarretou a diminuição da capacidade de importação, forçando a indústria nacional a substituir os produtos até então importados (CARA e FRANÇA: 2008, n.p.).

A partir da década de 1930, então, a produção industrial passou a ganhar espaço dentro do âmbito nacional, em especial, nas regiões sudeste e sul do Brasil. Este foi o chamado processo de substituição das importações, estudado por Maria da Conceição Tavares (1972), impulsionado pela crise de 29 e depois pela 2ª Guerra. O lado positivo disso é que o país seguia rumo ao desenvolvimento; o negativo é que ele estava concentrando apenas em algumas regiões metropolitanas nacionais.

O país passou por um intenso processo de urbanização ao longo dos anos, principalmente nas décadas de 1950 à década de 1970, o que não é novidade no cenário internacional. Os países mais desenvolvidos, como a Inglaterra, Estados Unidos e Japão, já haviam passado por processo semelhante. O diferencial no histórico brasileiro foi a forma como tudo aconteceu.

O processo de urbanização do país aconteceu de forma tão acelerada que ultrapassou a velocidade observada nos países capitalistas mais avançados. Segundo Fausto Brito (2009), a cada ano da segunda metade do século XX, a população urbana tinha (teve) um acréscimo de cerca de 2,4 milhões de habitantes e ultrapassou, pela primeira vez, a população rural do país, passando de 19 milhões para 138 milhões, em apenas 50 anos; cerca de 7,3 vezes mais do que anteriormente. Ou seja, a taxa média anual de crescimento populacional urbano foi de 4,1%.

O problema nessa situação é que o desenvolvimento industrial ficou concentrado em zonas específicas do território nacional, o que acarretou em sérios problemas no progresso

⁶ Artigo referente à conclusão e avaliação da disciplina “Industrialização e Produção do Espaço”, prestada pela autora, no segundo semestre de 2008, no curso de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

do Brasil e na economia de uma forma geral, já que, como anotado por Brito e Souza (2005), quanto mais um país acumular desenvolvimento, maior será sua capacidade de gerar ofertas de trabalho. Logo, as regiões tiveram um desalinhamento da produção de capital e na distribuição de renda.

Muito concentrado no Estado do Rio de Janeiro e, mais ainda, em São Paulo, o desenvolvimento da economia ampliou os desequilíbrios regionais, inclusive entre a cidade e o campo, uma vez que este não conseguia gerar o número de empregos que atendesse ao crescimento da sua força de trabalho (BRITO e SOUZA, 2005, 49).

Como demonstrado por Priori et al. (2012), até mesmo quando o governo resolveu investir na produção do campo, a atenção destinada às áreas específicas não foi igualitária, estando, mais uma vez, concentrada no Sudeste. Portanto, não houve um desenvolvimento homogêneo da produção no território nacional. Com isso, algumas regiões tiveram sua economia fortificada, enquanto outras permaneceram estagnadas, ou mesmo, regrediram.

“Esse projeto de modernização não ocorreu de forma homogênea em todo o Brasil. Houve uma concentração dos investimentos nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-oeste. Além do mais, a opção pela estruturação de uma economia urbano-industrial pelo governo brasileiro privilegiou a transferência de recursos do campo para o financiamento do desenvolvimento do projeto nacional” (PRIORI et al., 2012).

Uma coisa extremamente relevante que Brito e Souza (2012) observam sobre essa questão é que a industrialização zoneada em metrópoles do Sudeste não mexeu apenas com a economia, mexeu com vidas, e, até mesmo, pode ter intensificado a pobreza e a miséria em certas regiões, ao mesmo passo em que gerou lucro em outras, em especial, o eixo Rio-São Paulo.

Para agravar a situação, Brito e Souza (2005) levantaram a hipótese de que os migrantes, mesmo quando já inseridos no mercado de trabalho e gerando rentabilidade capital nos polos industriais, por vezes, permaneciam em uma situação econômica parecida com a vivida em seus locais de origem, reproduzindo-a por onde iam.

As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os Estados e as diferentes regiões do Brasil, inclusive onde se expandia a fronteira agrícola. Mas elas se dirigiam, principalmente, para as regiões metropolitanas, muito especialmente as do Sudeste - e, principalmente, a de São Paulo. Apesar do grande crescimento da economia e da oferta de empregos até o final da década de 70, as migrações internas, frutos dos desequilíbrios econômicos e sociais nas regiões de origem, acabavam por reproduzi-los nas regiões de destino (BRITO e SOUZA, 2005, 49).

Brito anota ainda que, diante do cenário de abandono social, a população nordestina se viu sem previsão de melhoria e sem esperança no futuro. Vivendo em péssimas condições de vida, a migração pode ter sido mais do que uma decisão de alternativas, mas, sim, a última tentativa de muitos que resolveram sair de lá. Fato que o padre Alfredo José Gonçalves (2001) chama de "migração forçada" ou "migração compulsória" e condena, pois acredita que essa situação retira do cidadão o direito de ir e vir livremente, além de afetar sua memória cultural.

O direito fundamental de ir e vir está na base de qualquer programa de luta pela cidadania. Na sociedade brasileira atual, contudo, a grande maioria da população, especialmente os setores condenados à exclusão social, deixam sua terra e sua gente não por um ato livre, mas por motivos de vida ou morte. Está em jogo a própria sobrevivência. Daí nossa insistência em que ao direito de ir e vir corresponde o direito de "ficar". Quantos migrantes que hoje percorrem as estradas, se pudessem optar, decidiriam permanecer no solo onde enterraram seus mortos! Migrar deve ser uma decisão livre e não forçada pela sobrevivência (GONÇALVES, 2001, 174).

O que, talvez, não fosse imaginado na época, é que a transferência massiva da população geraria um grande impacto na sociedade como um todo. “As migrações foram determinantes, inclusive na história brasileira recente, contribuindo decisivamente para as particularidades do seu processo de urbanização” (BRITO, 2009, 12).

Vivenciando um grande fluxo de migração, o crescimento acelerado e desordenado da população urbana, além da já conhecida disparidade social, que crescia cada vez mais, o governo não conseguia, ou não dava a devida atenção ao desordenamento habitacional. “[...] a fragilidade do controle público sobre o uso e a ocupação do solo permitiu ampla liberdade de atuação ao capital imobiliário – fato que gerou assentamentos sem a necessária infraestrutura urbana” (BRITO e SOUZA, 2005, 55).

No Rio de Janeiro, a população migrante buscava alugar casas ou mesmo um quarto para se estabelecer. O cortiço era um dos destinos mais populares existentes na época, além de existirem diversos espalhados pela cidade, principalmente pela região central do Rio. Eles viviam cheios de habitantes, muitas vezes com uma família inteira morando dentro de um quarto.

A cidade atraiu grande contingente de migrantes, desde o início do século XIX, principalmente de portugueses, sendo o Rio de Janeiro o principal destino deste grupo. Já na segunda metade do século XX este fluxo diminuiu, ganhando força o fluxo de migrantes de outras regiões do país, principalmente do Nordeste. É importante aqui destacar que essas levas de imigrantes, principalmente nordestinos, vão dar origem a novos pontos de concentração de população pobre e, conseqüentemente a novas favelas (SILVA, 2010, 69).

Além do cortiço, um dos destinos mais comuns dos migrantes foram as favelas propriamente ditas, como o Morro da Providência e o Morro de Santo Antônio (os cortiços chegaram a ser considerados a semente da favela, porém, neste período, não existia essa ligação tão forte entre as duas formas de moradia).

Como já mencionado neste trabalho, a favela no Rio de Janeiro surgiu inicialmente em torno do Centro do Rio e era ocupada em sua maioria por negros libertos através da Lei Áurea e por ex-militares abandonados pelo poder público, após a vitória sobre Canudos. Com a o desenvolvimento da produção industrial no Sudeste, que se tornou atrativo para a população de outras regiões, verificou-se um aumento significativo de ocupações irregulares espalhadas pela cidade, além do crescimento populacional em casa uma delas.

Ao final do século XIX os registros da presença de favelas indicam a ocupação dos morros mais próximos da área central; na primeira década do século XX já havia notícias sobre grupos de barracões, choupanas ou casebres em morros da zona norte — Salgueiro em 1909 e Mangueira em 1910 — e na zona sul — Copacabana em 1907. O crescimento das favelas torna-se vertiginoso após os anos 30. Novas favelas surgem acompanhando as principais fontes emergentes de emprego: industrial na zona norte e de serviços na zona sul (VAZ, 1994,591).

3. FAVELA DE DENTRO PARA FORA

Sobre o precedente das favelas cariocas, como já apontado neste trabalho, Lilian Fessler Vaz (1994) expõe mais detalhadamente a teoria de que os cortiços foram a semente das favelas cariocas. De acordo com ela, é possível depreender que o processo de modernização pelo qual o estilo da habitação passou ao longo dos anos, principalmente no século XIX, acabou reafirmando classes sociais de pobreza e riqueza, separando os dois grupos espacialmente no território citadino.

O estilo de moradia passou, primeiro, por um retrocesso com a proliferação de casas de cômodo, cortiços e estalagens devido à urbanização das classes mais pobres, o que gerou um efeito de territorialização da pobreza no espaço citadino. Logo depois, houve um processo de verticalização e progressão das habitações. Surgiram então os prédios e condomínios e, com eles, a higienização – quesito que determinou a derrubada de casas coletivas – foi aperfeiçoada e tomou espaços de maior importância no cenário habitacional.

Entretanto, devido à condenação das moradias coletivas, concomitantemente à modernização dos prédios e condomínios, as favelas também surgiram cada vez mais. Um ponto importante a ser analisado é que as favelas se apresentaram com uma intensa regressão nas mesmas esferas em que os condomínios progrediram: higienização, insalubridade, segurança, entre outros aspectos sociais.

Acompanhando passo a passo as transformações havidas no espaço urbano e na habitação, delineia-se uma sequência de tipos arquitetônicos claramente definidos, que se inicia com as estalagens, os cortiços, as casas-de-cômodos e as avenidas, às quais se seguem as vilas. Posteriormente inicia-se o processo de verticalização, com o surgimento do edifício de apartamentos. Paralelamente desenvolvem-se as favelas, num contraponto que assinala as desigualdades sociais no espaço urbano (VAZ, 1994, 597).

3.1. História das periferias cariocas

A modernização das moradias foi acompanhada pelo mercado, o que, conseqüentemente, fortificou a exclusão social, pois as classes menos favorecidas, foram afastadas mais ainda da possibilidade de adquirir uma boa residência, como observado por Vaz: “este processo, no entanto, se fez acompanhar de forte exclusão social, afastando os grupos de menores rendimentos dos benefícios desta modernização” (VAZ, 1994, 597). Afinal, quanto mais um produto comerciável é valorizado, mais caro será seu valor de venda, e o terreno onde as moradias são construídas, como já dito no capítulo 2, se tornou um bem comerciável a partir da Lei de Terras em 1850.

Em uma cidade carente de habitação acessíveis às classes populares, crescia cada vez mais a população dos cortiços. O maior e mais famoso deles foi o Cabeça de Porco. Ele era localizado no Centro do Rio e, apesar de não haver registros oficiais sobre contingente populacional do complexo habitacional, de acordo com o historiador Milton Teixeira⁷ no cortiço havia cerca de 4 mil residências.

Ou seja, se houvesse pelo menos uma família com três ou quatro integrantes dentro de cada uma das residências, o número de habitantes seria próximo ao de um bairro como Del Castilho, na Zona Norte, com 15.610 habitantes, ou do Leme, na Zona Sul do Rio, com 14.799 moradores⁸. A diferença é que seriam todas essas pessoas dentro de um espaço muito menor do que os bairros citados.

No local, se abrigavam famílias de renda baixíssima, ou mesmo sem renda fixa. As condições sanitárias eram precárias, não havia saneamento básico, e o local era conhecido pela insalubridade, infestação de doenças, falta de higiene e pela grande concentração de pessoas pobres. Por isso, os cortiços receberam a fama de abrigar “vadios”, “malandros”, “mulheres de má fé”, e “pessoas encostadas”, o que empregava ao local uma ideia de lugar perigoso, onde o crime imperava.

Caracterizado como verdadeiro “inferno social”, o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social. Percebido como o espaço, por excelência, do contágio das doenças e do vício [...] (VALLADARES, 2000, 7).

Com isso, fortificava-se cada vez mais um preconceito contra a população residente em estalagens deste formato que perseguiria as favelas até os dias atuais. Isto, em parte, por causa da teoria da “semente da favela”, já que, como aponta Vaz (1994) muitos estudiosos relacionam o fim do Cabeça de Porco com a difusão da primeira favela oficial carioca: o atual Morro da Providência.

Depois de muitas tentativas de dizimar o complexo habitacional, Teixeira (2017) explicou que o famoso cortiço foi destruído em 1893, por ordem do prefeito Cândido Barata Ribeiro, que pretendia iniciar a construção do Túnel João Ricardo. Mais uma vez, os governantes tiraram das classes que precisavam receber, como aponta Benchimol (1992)

⁷ Afirmação do historiador Milton Teixeira em entrevista concedida ao Portal G1 em 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acessada em: 15/10/2017.

⁸ Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), realizado pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira em 2010.

O grande obstáculo que se antepunha à execução desse plano era a necessidade de destruir, em grande parte, para fazê-la de novo, a obra humana, quase três vezes secular. Contudo, esse trabalho de destruição - que está na essência da renovação urbana - envolve mais do que a derrubada de paredes antigas, impassíveis. As paredes, cuja argamassa remonta aos tempos da colônia, alojam homens que moram, trabalham, especulam, divertem-se; enfim, que mantêm entre si uma trama complexa de relações sociais. A operação da renovação urbana, perseguindo estratégias bem precisas, desarticula essa trama que tem nas estruturas materiais demolidas o seu suporte (BENCHIMOL, 1992, 209-210).

Mesmo sendo contraditório, após a desapropriação e destruição do Cabeça de Porco, o prefeito permitiu que as pessoas retirassem do local algumas madeiras que poderiam ser reaproveitadas em outras construções. A partir disto, os desabrigados seguiram para a Travessa Felicidade, no Centro do Rio, justamente onde surgira o Morro da Favella, atual Morro da Providência.

A população expulsa dos cortiços, em sua grande maioria negros beneficiados pela Lei Áurea, construiu casebres e barracos ilegais, irregulares e instáveis para se alojarem, primeiramente, no Morro da Providência, depois se dispersaram para demais morros da cidade. Apesar de mudarem o endereço, as moradias e os moradores levaram consigo o status de insalubre, anti-higiênico e a má fama que já empregava aos moradores do Cabeça de Porco, além de sofrerem cada vez mais com julgamentos estéticos que classificavam as moradias como “feias”, “desarmônicas” e “anticívicas”, como descrito por Luís Edmundo:

Em Santo Antônio, outeiro pobre, apesar da situação em que se encerrava na cidade, as moradas são, em grande maioria, feitas de improviso, de sobras e de farrapos, andrajosas e tristes como os seus moradores. Por elas vivem mendigos, os autênticos, quando não se vão instalar pelas hospedarias da Rua da Misericórdia, capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte: mulheres sem arrimo de parentes, velhos dos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio à gente válida, porém, o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus (EDMUNDO, 1938, 147).

Vaz (1994) ressalta que houve um posicionamento antagonista do Estado referente à criação da favela. A autora lembra que a consolidação desse tipo de habitação está diretamente ligada à política higienista do prefeito Francisco Franco Pereira Passos, que deu continuidade às ações de Barata.

Ao mesmo tempo em que a “higienização” da cidade decretava o fim das habitações coletivas devido à insalubridade detectada nelas, em 1903, Passos acabou por incentivar a construção de favelas através de uma ação política. Ele publicou um decreto que permitia esse tipo de construção em morros ainda não habitados. Ironicamente, esse foi o aval para

que o cortiço apenas mudasse de endereço e saísse das vistas primárias da cidade. Através dessa atitude, criou um estilo de moradia ainda mais insalubre e distante das políticas públicas necessárias, já que, neste momento, as favelas estavam em um espaço delimitado da cidade e com maiores dificuldades de acesso pelo poder público.

Ironicamente, outra forma de incentivo governamental foi através do decreto n.º 391 de 1903, que proibia terminantemente não só a construção, como qualquer melhoramento, obra ou conserto em cortiços. A construção de barracões toscos também era proibida, com uma exceção: salvo nos morros que ainda não tiverem habitações. Assim, uma relação causal pode ser estabelecida entre a emergência da nova forma de habitação popular e a ação do Estado. Paradoxalmente, a nova forma que surgia como efeito e consequência da política higienista habitacional e urbana revelou-se tão ou mais insalubre e promíscua do que a anterior, que se desejou higienizar e disciplinar (VALLADARES, 1994, 592).

Sem políticas públicas voltadas para a melhoria e proteção dos moradores de favela, ao mesmo tempo em que era imposto a esse novo estilo habitacional conceitos que originalmente do Arraial de Canudos, como a ideia de comunidade, de auto declaração de liberdade, resistência, não governabilidade, entre outros, Valladares (2000) diz que o jornalista Costallat apontou um homem que teria assumido para si a condução dessa “comunidade” – conceito que, mais tarde, seria fortemente associado às favelas, infelizmente com a qualificação de “carente” –.

Um dia chegou à Favela um homem — Zé da Barra. Vinha da Barra do Piraí. Já trazia grande fama. Suas proezas eram conhecidas. Era um valente, mas um grande coração. E Zé da Barra chegou e dominou a Favela [...] E a Favela, que não conhece polícia, não conhece impostos, não conhece autoridades, conheceu Zé da Barra e a ele teve que obedecer. E Zé da Barra ficou sendo o chefe incontestável da Favela (COSTALLAT *apud* VALLADARES, 2000, 11).

Nas primeiras décadas do século XX algumas aglomerações de casebres, barracos e choupanas continuavam surgindo desorganizadamente no morro do Salgueiro em 1909, no morro da Mangueira no ano de 1910, entre tantos outros. Apesar disso, o auge da proliferação só aconteceu na década de 1930, devido à industrialização brasileira, acrescida ao êxodo migratório da população Nordestina em direção ao Sudeste. Mas, foi apenas na década seguinte, em 1940, que a favela foi reconhecida oficialmente. Apesar disso, permanecia abandonada pelos governantes. Nesse período, segundo o historiador Milton Teixeira, as favelas eram dominadas por “contraventores que exploravam o jogo do bicho”, assim como o Zé da Barra, mencionado por Vaz (1994).

Marginalizada e sem controle regulatório, o Estado abriu brecha para que um dos seus maiores inimigos fosse criado: o crime organizado, que se mantém até a atualidade como um poder paralelo que compete por território, comando e força. Em 1976 surgiu a primeira facção do crime organizado no Brasil, a Falange Vermelha, posteriormente denominada Comando Vermelho (CV), que segue até a atualidade como a maior facção criminosa do Rio de Janeiro⁹. No Brasil, ela fica atrás apenas do Primeiro Comando da Capital (PCC), que nasceu em São Paulo.

3.2. O poder paralelo e a sua influência

Seguindo o historiador Milton Teixeira, após o surgimento das favelas, o pobre e favelado era tido como “classe perigosa”, uma reprodução do antigo conceito de “vadios” e “malandros”, atribuído à população dos cortiços. Segundo ele, na época imperava a ideia de que “todo ser humano que não pertence ao Estado ou à classe que apoia o Estado é potencialmente culpado”, e a favela era um lugar à sombra do poder público.

Isso significa que o Governo estava se posicionando contra todo e qualquer morador de favela, independentemente se ele tinha associação com o crime ou não, porque entendia-se que só pelo fato dele ter nascido nas circunstâncias de um favelado, ele já poderia ser um criminoso em potencial.

Para agravar o tratamento abusivo empregado nas favelas e a seus moradores, havia o fato, ressaltado pelo especialista, de que os opressores não eram pessoas exemplares, ao contrário. De acordo com Teixeira, a polícia era corrupta e despreparada, além de estar “mais preocupada em reprimir assuntos políticos do que a criminalidade”. O morador de favela teve que se “equilibrar”, simbolicamente, na linha tênue que separa as condições sociais da favela e do “asfalto” – como é chamado qualquer território que não esteja inserido no contexto da favela –.

De um lado, a instituição que deveria agir em proteção da sociedade como um todo, se mostrou despreparada, corrupta, agressiva, elitista e opressora apenas com uma parcela da população, reforçando estereótipos e exclusões sociais. Do outro lado, o poder paralelo do crime organizado que, apesar de ser ilegal e muitas vezes cruel, estabelece regras básicas de convívio e respeito dentro da favela e, em alguns casos, procura inserir melhorias para os próprios moradores das comunidades. Com isso, acaba caindo no “gosto popular” dos

⁹ Informação confirmada pelo jornal O Globo disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/convivencia-com-presos-politicos-na-ilha-grande-ajudou-criar-faccoes-criminosas-20759357> . acessada em: 10/11/2017

moradores de favela, atraindo a aceitação dos chamados “cidadãos de bem” que, mesmo sem estarem diretamente ligados ao crime, acabam usufruindo dos seus frutos.

Esse tipo de situação foi retratado na matéria do repórter Kleber Tomaz para a Folha de São Paulo¹⁰ sobre uma favela do estado homônimo publicada no ano de 2006, que, porém, não se distancia da realidade atual do Rio. Na reportagem, intitulada “PCC conquista favela com leite e comida”, o jornalista expõe a exclusão social dos moradores de favela por parte do governo e, em contrapartida, a investida do próprio crime organizado para suprir essas lacunas com o “programa Ajuda da Correria para o Social”¹¹.

De acordo com a apuração do repórter, o PCC distribuía alguns alimentos, além de contribuir com remédios e assistência médica para os moradores mais necessitados da favela Pedra sobre Pedra, na Cidade Júlia, localizada na Zona Sul paulistana.

O PCC distribui, por semana, 150 sacos de dois quilos de leite em pó, cem litros de sopa e até 60 botijões de gás de cozinha. O "programa" também inclui remédios e enxoval de bebê, que são distribuídos até mesmo a quem não é cadastrado. Favorece principalmente 97 famílias de uma área de risco, na parte baixa da favela.

As doações, segundo o repórter, eram feitas a mando dos chefes da facção dominante na comunidade, que, inclusive, estavam presos. Além disso, apesar de a maioria dos donativos ser, sabidamente, obtido através de roubos praticados pelos criminosos locais, isso não gerava opinião negativa da população, como o repórter ressaltou na fala de uma empregada doméstica que não foi identificada: "para vocês da cidade o PCC traz medo, para nós da favela traz leite".

Esse tipo de situação, muito recorrente nas favelas, era mais um reflexo da lacuna deixada pelo Estado. Ao generalizar a população oriunda da favela, o poder público passou a tratá-la como inimiga e “empurrá-la” para a marginalização de fato.

O professor Gunther Jakobs (2007) salienta que quando um indivíduo está na condição de inimigo, ele perde seu direito de cidadão e passa a ser tratado com exclusão pelos governantes. Adotando esse conceito à realidade das favelas, pode-se compreender que se tornou involuntário o posicionamento contrário dessa população em relação aos agentes públicos de segurança. Ou seja, a população devolveu o mesmo tratamento a ela

¹⁰ Matéria do repórter Kleber Tomaz publicada em 2006 na Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0207200601.htm>. Acessado em: 17/11/2017.

¹¹ O termo “correria” é comumente usado por moradores de favela e/ou criminosos para designar as atividades ilícitas que geram lucro, como roubos, assaltos, tráfico de drogas ou de armas, etc.

destinado, e identificou o Estado como seu inimigo também, já que se via abandonada pelo governo ao mesmo passo em que era amparada pelo crime organizado.

Analisando a subjetividade da situação, com as devidas salvaguardas de diferenças entre as questões apontadas, é como se o crime organizado imperante dentro das favelas, tomasse uma postura comparada ao mítico Robin Wood, um lendário herói inglês que roubava bens valiosos dos ricos e os distribuía aos pobres e, com isso, ganhou a aceitação deste último grupo. O roubo praticado por Robin Wood não deixa de ser crime, mas quando praticado na intenção de corrigir problemas sociais, torna-o herói na cultura popular, em vez de criminoso.

As diferenças entre Robin Wood e o crime organizado são extensas e não devem ser deixadas de lado, mas a essência da história auxilia na compreensão da atitude da empregada doméstica, retratada por Tomaz, em não se posicionar contra o PCC, pois ele garantia a sobrevivência de sua família. Inseridos em um contexto de inversões sociais, os moradores de favelas muitas vezes se viam baseados em referências próprias, adquiridas com suas vivências e experiências, para definir o que é o certo e o que é errado independentemente da legalidade da questão.

Já que a Lei é uma construção humana, em que hipótese seria considerada errada a atitude de uma mãe que vê seu filho adoecer e, por não ter condições de arcar com os custos de um tratamento – e não conseguir esse amparo do poder público – recorre aos meios ilícitos para medicar seu filho? Kleber Tomaz também apresentou essa ilustração em sua reportagem através do relato de uma moradora que não roubou, mas usufruiu dos bens adquiridos por meio do crime. “Um dia meu menino teve febre alta e eu estava sem dinheiro para comprar remédio. Expliquei o que houve a um funcionário do partido [PCC], que depois voltou com o dinheiro na mão e fui à farmácia”.

Essa rixa entre a instituição policial e a favela, já gerou diversos debates para definir quem é o verdadeiro inimigo de quem, principalmente com a atual ascensão de jovens politizados e militantes em territórios favelizados. Esse debate, apesar de atual, não é novo, como pode ser observado em outra reportagem da Folha de São Paulo, produzida pelo repórter Antônio Gois, e publicada em 2001.

Na favela Alba, pelo menos segundo a versão dos moradores, a lei do silêncio é imposta pela polícia, e não pelos traficantes. A dona-de-casa Maria Aparecida Santos, 59, por exemplo, afirma não ter medo de falar dos traficantes do local. “Os policiais é que, quando entram aqui, dizem que a gente não pode falar nada. Os traficantes já me deram remédio quando eu precisei e sempre respeitaram muito

a gente", diz Maria, que mora há 22 anos no local e diz não ter medo de aparecer.¹²

A intenção neste trabalho, entretanto, não é questionar a legalidade e/ou legitimidade das ações de criminosos ou de policiais nas periferias, mas, a partir dos relatos e reportagens destacados, trazer à reflexão o afastamento do poder público do morador de favela e a consequente influencia dessa lacuna na construção social desses indivíduos, que passaram a ser cada vez mais marginalizados na sociedade pelo simples fato de terem nascidos na condição de pobres e favelados.

A brecha para o domínio das favelas por criminosos foi aberta pelo próprio poder público, que nunca teve real interesse em ocupar os espaços favelizados com ações sociais, iniciativas que engrandecem e preparem as classes mais baixas para a ascensão social. A partir da omissão do próprio Estado, as classes mais baixas passaram a cair em um abismo social, deteriorando-se cada vez mais pela falta de oportunidade e pelas mazelas vividas somente em territórios de favelas.

Por trás do abandono, do preconceito, da exclusão, existem pessoas que até querem mudar de vida por meios lícitos, mas encontram dificuldades extremas quando inseridas na livre concorrência, como relatado pelo pesquisador e professor da Escola de Comunicação da UFRJ Nilo Gomes (2017).

O tráfico, agora, também influencia a rotina de muitos universitários. Não pela venda de seus “produtos” nos campi das faculdades, mas por outra razão. Nas unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, como na Escola de Comunicação (ECO-UFRJ), vários professores receberam, neste semestre, pedidos de abono de faltas de estudantes. Não por doença ou atestados médicos, como é de costume. Mas porque são estudantes que residem nessas áreas. Nas aulas de História do Jornalismo, do ciclo profissional, cujo início é às 7h30, três estudantes não puderam fazer o exame de conclusão do semestre, junto com os demais colegas, por não terem conseguido sair de suas casas, devido à violência. Vão fazer a segunda chamada (GOMES, 2017¹³).

Outro debate que ronda a ascensão dos moradores de favela é o da meritocracia, que, segundo o dicionário, se trata de uma administração “em que há o predomínio do

¹² Repórter de Antônio Gois, publicada na Folha de S. Paulo em 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1403200119.htm>. Acessado em 17/11/2017.

¹³ Artigo “O tráfico chegou às universidades”, de Nilo Gomes, publicado do *site* do Ecodebate. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/06/13/o-traffic-chegou-as-universidades-artigo-de-nilo-sergio-s-gomes/>.

conhecimento e da competência”¹⁴. Essa questão tornou-se mais uma forma de fortificar o preconceito contra moradores de favelas.

Não é raro ver pessoas criticando ações afirmativas em vestibulares universitários (ATHAYDE & MEIRELLES 2016), por exemplo, com o argumento de que cotas são desleais porque tiram a livre concorrência e colocam os beneficiados em vantagem na competição. Mas o que se vê no dia a dia dos noticiários, é que a livre concorrência nunca existiu, já que os cidadãos pertencentes às classes mais pobres, principalmente moradores de favelas, já saem em desvantagem nessa concorrência. Como mostra reportagem do Bruno Alfano, publicada no jornal Extra, em setembro de 2017¹⁵. A matéria fala sobre os 14 dias em que as escolas de nível fundamental de educação, localizadas no entorno da favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio, ficaram fechadas por quase duas semanas devido aos confrontos diários que aconteciam no local.

Nessas unidades, estudam 605 crianças de creche, 1.097 da pré-escola, 3.362 nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) e 2.602 dos anos finais (do 6º ao 9º ano). No total, são 7.666 estudantes. Em agosto, essas escolas ficaram fechadas por 11 dias consecutivos devido aos seguidos confrontos entre bandidos e policiais nas comunidades.

A mesma matéria apresentou a informação de que um levantamento feito pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro detectou que 12.417 alunos, cursando o 3º ano em unidades escolares da mesma região estavam com alfabetização considerada insuficiente.

Em outra publicação, também do jornal Extra, produzida pelo repórter Rafael Soares,¹⁶ foi exposto o drama de alunos que estudaram o ano inteiro para prestar o concurso para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e, no dia da prova, não puderam sair de suas casas porque estava havendo um intenso confronto entre criminosos rivais e entre os criminosos e os agentes da Segurança Pública na região.

3.3 O morador de favela

Os moradores de favelas parecem estar sempre trocando miúdos com a pobreza, como no ditado popular: “vendendo o almoço para comprar a janta”. Em 2007, 110 anos após o surgimento da primeira favela carioca, um levantamento feito pelo Programa das

¹⁴ Definição retirada do dicionário online Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=QwoZP>. Acessado em: 17/11/2017.

¹⁵ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/escolas-do-jacarezinho-receberao-time-de-educadores-para-recuperar-aulas-perdidas-21798627.html>. Acessado em 18/11/2017.

¹⁶ Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/moradores-da-rocinha-nao-conseguem-sair-de-casa-por-cao-de-tiroteio-perdem-prova-da-uerj-21834153.html>. Acessado em: 18/11/2017.

Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹⁷, revelou que a grande maioria dos migrantes nordestinos que se instalaram nas favelas acertou na decisão no que se refere à questão de sobrevivência. Entretanto, os dados mostraram que a diferença na condição de vida foi mínima.

O levantamento do Pnud e do Ipea apontou que o Índice de desenvolvimento Humano (IDH) das favelas do Rio de Janeiro no ano de 2007, era maior do que o índice aferido em vários estados do Nordeste. Segundo a reportagem, o IDH do Complexo do Alemão atingiu índice de 0,587, enquanto no Ceará foi registrado índice de 0,506; em Pernambuco 0,577 e no Piauí, o índice aferido foi de 0,502¹⁸.

Entretanto, essa não é uma informação que deve ser comemorada. Através da obtenção dos dados do IDH, o Instituto Pereira Passos passou a medir também o Índice de Desenvolvimento Social (IDS)¹⁹ das regiões micro urbanas do município. No ano de 2000, as favelas do Complexo do Alemão e Manguinhos, na Zona Norte do Rio e da Rocinha, localizada na Zona Sul, ocupavam quase as últimas posições da tabela: 149, 150 e 151, com os valores 0,474; 0,473 e 0,458, respectivamente. Enquanto isso, no topo da listagem, bairros nobres do município como Lagoa, Leblon e Ipanema atingiam níveis como 0,854; 0,809 e 0,801, respectivamente.

Além das situações já expostas neste trabalho, a construção do preconceito generalizado contra o morador de favela, que insiste em manter viva a ideia de que todo favelado é um “criminoso em potencial”, gera uma influência maldosa que também acaba tornando-se empecilho na ascensão social dessa população, “prendendo-a” nas mesmas circunstâncias de vida.

Raull Santiago, comunicador comunitário e ativista do Complexo do Alemão, na Zona Norte Rio, exemplificou o preconceito vivido por essa população, durante um Debate Público sobre Comunicação Comunitária e Mídia Alternativa²⁰, realizado pela Agencia de Notícias das Favelas (ANF) no dia 9 de novembro de 2017, e presenciado pela autora. Segundo ele, por muitas vezes, um pedido de emprego lhe foi negado ao informar seu endereço de residência.

¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1574757-5598,00-COMPLEXO+DO+ALEMAO+TEM+IDH+MAIOR+QUE+ALGUNS+ESTADOS.html>. Acessado em: 18/11/2017.

¹⁸ O índice de Desenvolvimento Humano varia entre os valores de 0 a 1,0

¹⁹ Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf. Acessado em: 18/11/2017.

²⁰ Mais informações sobre o debate podem ser obtidas através do link: <http://www.anf.org.br/debate-discute-comunicacao-comunitaria-e-midia-alternativa/>.

“Quantas vezes eu tive que mentir onde morava para conseguir um emprego, porque se dissesse que morava na Rua Joaquim de Queirós, na Grota do Complexo do Alemão, eu era dispensado ali mesmo”, afirmou Raull Santiago durante o debate.

Isso porque muitos empregadores entendem que contratar um morador de favela pode gerar contratemplos, por exemplo, com prováveis faltas ocasionadas pela insegurança nas periferias, devido aos confrontos recorrentes em favelas entre criminosos e policiais. Também há o temor de trazer riscos aos seus negócios com a desconfiança se aquela pessoa em questão seria de fato alguém confiável ou, mais tarde, viria a ser um assaltante de sua empresa: o “potencial criminoso”.

Talvez seja nesse sentido que o instituto Data Favela mapeou que 4 em cada 10 moradores das favelas do Brasil querem empreender²¹. Ou seja, eles querem abrir seus próprios negócios e serem seus próprios patrões. 40% dos entrevistados que afirmaram desejar empreender, pretendem fazer isso nos próximos três anos.

3.4 – Notícia e noticiável no contexto social da favela

A palavra notícia pode tomar um aspecto subjetivo quando empregada no jornalismo ou em qualquer meio de produção de conteúdo informativo. Isso porque, quando inserida neste contexto, a palavra toma um significado mútuo de interesse entre emissor e receptor. O significado puro da palavra notícia contido no dicionário é:

1 Informação sobre situação atual ou de acontecimento recente; nova, novidade; 2 Informação e conhecimento sobre algo ou alguém: ex. “Vive na Inglaterra, não temos notícias há muitos anos”; 3 (jornalismo) Relato de fatos e acontecimentos atuais de interesse público, veiculado em jornal, televisão, rádio, revista: As notícias que nos interessam são as econômicas; 4 (por extensão) Esses fatos e acontecimentos que despertam interesse; 5 Lembrança de alguma coisa; recordação: Tinha na memória notícias da infância; 6 Apontamento escrito; nota; 7 Nota histórica.²²

Observando a definição 1, pode-se entender que o conceito de notícia não é maleável à subjetividade de intenção comercial, social ou empresarial, por exemplo. Neste caso, a notícia vai ser o acontecimento em si, algo que não pode ser mudado ou acrescentado de acordo com os interesses de quem conta ou de quem recebe a informação. Caso isso ocorra,

²¹Pesquisa publicada em janeiro de 2017 no HuffPost Brasil pela repórter Luiza Belloni, Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/03/03/data-popular-4-em-cada-10-moradores-das-favelas-brasileiras-que-a-21680076/>. Acessado em: 18/11/2017.

²² Conteúdo consultado no Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/not%C3%ADcia/>. Acessado em 16/10/2017.

a informação transmitida deixa de ser notícia, e toma o conceito de boato. Entretanto, ela está sujeita ao tempo: a informação, neste caso, deve se tratar de um acontecimento novo, recente.

Se a análise for feita dentro do enfoque dos itens 3 e 4, o conceito de notícia pode mudar drasticamente e passar a depender de diversas questões subjetivas envolvidas no tema. Por exemplo, com relação à explicação do item 3, além da novidade, o conceito de notícia está diretamente ligado à transmissão ou divulgação em veículo de comunicação, seja *online*, impresso, radiofônico ou televisivo.

Isso pode dar a entender que, do mesmo modo que uma informação sobre algo que aconteceu há muito tempo não se trata de uma notícia, a informação recente que não for publicada em nenhum meio de comunicação, de igual modo, não entra no competitivo rol das informações que compõe o noticiário.

No item 4, o conceito de notícia torna-se ainda mais subjetivo e ousado, pois está empregado sob um viés de interesse, ou seja, a informação deve despertar o interesse do público alvo para que seja interessante ao veículo de informação transformá-la em notícia. Nessa definição, a informação deve se encaixar numa espécie de formato duplo, que desperte o interesse tanto no emissor, quanto no receptor. Caso isso não ocorra, é como se a informação perdesse um quesito de qualificação.

Acerca dessas questões, Mauro Wolf (1999) denomina como valores/notícia as características que são empregadas às informações para que sejam incluídas no noticiário. Os valores/notícia são definidos como critérios de noticiabilidade, que atuam como um filtro para que seja decidido o que será incluído no noticiário e o que não será incluído.

Esse conceito formou-se porque, por longos anos, os noticiários eram produzidos em formatos televisivos, radiofônicos ou impressos, ou seja, com número quantitativo de produção limitado. Desta forma, a linha editorial do veículo de informação (um tipo de manual da empresa que pontua os interesses e formatos da produção de conteúdo), teria que apontar o que era importante de ser veiculado e o que não era.

Wolf (1999) define que os critérios de importância são determinados por algumas variáveis que levam em consideração a notoriedade do assunto reportado. Pessoas, lugares ou cargos importantes no contexto social, tendem a receber mais atenção dos veículos de informação. Isso, obviamente, ligado ao interesse do público alvo, pois, a intenção dos produtores de conteúdo é atrair a atenção das pessoas a quem eles endereçam a informação. Neste sentido, Wolf aponta que as variáveis determinantes são:

1– Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, quer no que respeita às instituições governamentais, quer aos outros organismos e hierarquias sociais [...] 2– Impacte sobre a nação e sobre o interesse nacional. O segundo fator que, operativamente, determina a importância de um acontecimento é a sua capacidade de influir ou de incidir no interesse do país [...] 3 – Quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve. Os jornalistas atribuem importância às notícias que dizem respeito a muitas pessoas e, quanto mais elevado for o número dos indivíduos envolvidos num desastre, ou quanto mais elevada for a presença de "grandes nomes" numa ocasião formal, maior, é a "visibilidade" desses acontecimentos e, por conseguinte, maior é o seu valor/notícia [...] 4 – Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação (WOLF, 1999, 200-206).

3.5 – O público alvo e a exclusão social

A partir da linha editorial, a empresa delimita a qual público ela quer se dirigir e, assim, as notícias tomam valores de importância de acordo com o que o grupo em questão tende a consumir. A escolha do público alvo pode ser baseada categorias diversas como faixa etária: crianças, adolescentes, jovens, adultos e terceira idade; nichos: zonas territoriais, por exemplo; em segmentos: culinária, esporte, moda, cultura, maternidade; em profissões; entre tantas outras possibilidades.

De fato, a escolha do chamado público alvo só depende da intenção e da empresa que, geralmente, visa uma adequação da produção de conteúdo para a linguagem predominante naquele grupo previamente selecionado e, assim, tornar a comunicação entre o consumidor mais fluida, de forma que atraia cada vez mais clientes dentro daquele grupo.

Delimitar o público alvo é algo aceitável, pois a empresa precisa se autogerir e isso virá através de lucros com vendas do seu próprio material ou por suporte externo, com publicidade, com financiamento ou apoios e patrocínios. A delimitação do público alvo só se torna um problema quando entrelaçada no ciclo vicioso da exclusão social.

No manual de redação do jornal Estadão, por exemplo, encontra-se a seguinte sugestão à escrita dos jornalistas: “procure banir do texto os modismos e os lugares-comuns. Você sempre pode encontrar uma forma elegante e criativa de dizer a mesma coisa sem incorrer nas fórmulas desgastadas pelo uso excessivo.”²³

O problema é que quando falamos de exclusão social, nos referindo à exclusão das classes menos favorecidas, em que se concentra a população com níveis mais baixos de escolaridade e refletindo os maiores índices de analfabetismo e semi-analfabetismo.

²³ Manual de redação do Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais>. Acessado em: 20/11/2017.

Na aferição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das séries iniciais da rede pública municipal e escolas participantes do Rio de Janeiro, publicado no Data.Rio²⁴, a média das notas de avaliação obtidas no ano de 2015 apresenta uma disparidade relevante. Em bairros nobres da cidade, como Barra de Guaratiba (6,5); Copacabana (6,4) e Flamengo (6,1) com áreas periféricas como Complexo da Maré (5,1); Cidade de Deus (4,8) e Jacarezinho (4,7). O índice de analfabetismo da população do Rio de Janeiro com 10 anos foi aferido em 2,84%.

Analisando as Regiões Administrativas separadamente, o censo do IBGE de 2010²⁵ aponta que a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais era de 0,9% na região de Botafogo; 1,0% na Lagoa e 1,1% em Copacabana. Enquanto isso, na região administrativa do Complexo da Maré e da Rocinha, os níveis de analfabetismo atingiam a assustadora marca de 7,7% da população e, no Complexo do Alemão, 6,9%.

No Complexo da Maré, em 2010, eram 7.440 pessoas sem alfabetização, enquanto na Lagoa, havia 1.339 indivíduos na mesma situação. Esses dados, quando entrelaçados com a questão dos critérios de noticiabilidade, com a forma “elegante” de produção de notícia e o tipo de informação priorizada nos noticiários, revela que a delimitação do público alvo vai além de um nicho de consumidores interessados no produto fim, mas cultiva a informação por classe social. Pois, se for levado em consideração os dados do IBGE, a notícia elegante, transmitida em linguagem culta, distante do coloquial, não se fazia entender por quase 7,5 mil pessoas que não sabiam ler e escrever na Maré em 2010.

Além da elitização no formato de transmissão da notícia, o professor de Ciências da Comunicação, Antônio fidalgo (1996), enfatiza que a veiculação das notícias está intrinsecamente ligada ao interesse do destinatário.

A informação mesmo na forma da simples notícia, de mera divulgação de um fato, está enformada pela ideia básica do que interessa ou possa interessar ao destinatário. Toda a informação da comunicação social, seja impressa, radiofônica ou televisiva, obedece a critérios de seleção e de destaque [...]É o interesse público que define a informação, que seleciona

²⁴ Armazém de Dados onde são depositadas as informações colhidas através do Sistema Municipal de Informações Urbanas (Siurb) do município. Disponível em: http://www.data.rio/datasets?group_ids=0f4009068ec74e17b25eb3e70891b95f&sort=-updatedAt&utm_source=populacao. Acessado em 20/11/2017.

²⁵ Disponível em: <http://armazem-pcrj.opendata.arcgis.com/datasets/c064e94ffc874f14b2029b4d39ae0cb8>. Acessado em 20/11/2017.

o que é notícia e a destaca, que uniformiza de algum modo o conteúdo informativo dos diferentes órgãos de comunicação (FIDALGO, 1996²⁶).

É relativamente óbvio afirmar que terá maior relevância no noticiário o tipo de produção que gerar maior interesse do público. Mas é nesse contexto que se apresenta um dos fatores de distanciamento cultural entre o favelado e as mídias hegemônicas.

Atualmente, o jornal O Globo, um dos mais tradicionais do país, possui uma tiragem de 129.801²⁷ exemplares do periódico impresso nos dias úteis, vendido ao preço de R\$ 5 cada. Aos domingos, a tiragem sobe para 174.953 exemplares vendidos pelo valor de R\$ 7. Acontece que esse não é nem metade da população das favelas cariocas que, juntas, atingem a marca de 2.000.000 de pessoas (ATHAYDE & MEIRELLES, 2016). Pois então onde está o público que consome essas notícias?

Segundo o Infoglobo, 50% dos leitores do Jornal são da classe B; 39% tem escolaridade em nível superior; 19% estão na faixa etária entre 30 e 39 anos e pouco mais da metade é do sexo masculino. Dados diferentes do encontrado em áreas periféricas.

Com isso, a informação fica retida em uma bolha social, excluindo a camada da população que não se enquadra nos moldes necessários para receber, entender e assimilar a notícia reproduzida. Se a pessoa não entende, não consome. Se não consome, não faz parte do público alvo, sendo assim, não tem influência sobre os critérios de noticiabilidade e, dificilmente, verá notícias veiculadas do ponto de vista do seu interesse.

Esse formato de produção contribui com a sensação do pobre e favelado de afastamento em relação à informação e, conseqüentemente, do crescimento pessoal obtido através do conhecimento. Além disso, reafirma o que é tratado neste trabalho como “contracultura do conhecimento”, ou “cultura do desconhecimento”.

²⁶ Artigo “O consumo de informação. Interesse e curiosidade” do professor Antônio Fidalgo. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.html>. Acessado em: 20/11/2017.

²⁷ Informação obtida no *site* do InfoGlobo. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acessado em: 20/11/2017.

4 AFASTAMENTO CULTURAL E CONSUMO DE NOTÍCIA

Rene Silva é um jovem morador do Morro do Adeus, no Complexo do Alemão e idealizador do Voz das Comunidades, um jornal comunitário e independente voltado para a própria comunidade. O informativo foi criado no ano de 2005 e, pouco mais de uma década depois, já havia sido expandido para outras 10 comunidades fluminenses. Em entrevista concedida à autora, Rene afirmou acreditar que a maneira como os moradores de favela, em especial os jovens, têm saciado suas buscas por informações atualmente são falhas e contribuem para a propagação de boatos.

Para Rene, “os jovens hoje em dia têm a mania de ler só o título [das reportagens], que muitas vezes são sensacionalistas. Depois eles compartilham as matérias só pelo título, sem nem ler o conteúdo, o que acaba contribuindo na propagação de boatos” (SILVA, 2017)²⁸. Ele acredita que isso possa ocorrer principalmente pela rotina de trabalho dessa população ou pela falta de hábito, que se configura em uma questão histórica.

Pelas pessoas falarem ‘eu não tenho tempo’ ou ‘eu tenho que trabalhar’, às vezes, a única informação que a pessoa tem acesso é na capa do jornal que ela passa de manhã pela banca e vê. No metrô passam as últimas notícias naquelas televisões, no ônibus também tem algumas. Então muita gente acaba se informando muito superficialmente sobre as coisas que estão acontecendo (SILVA, 2017).

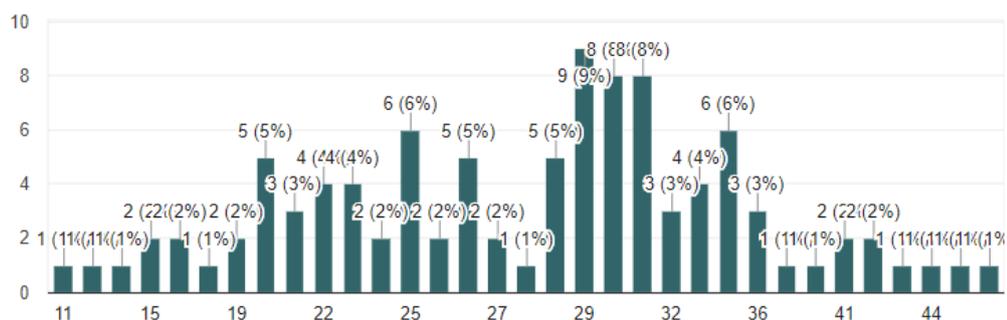
A partir desta questão levantada por Rene Silva, surgiu a necessidade de conhecer mais acerca da rotina de consumo de notícia do morador de favela. Pensando nisso, a autora construiu um relatório e pesquisa online e o enviou a pessoas aleatórias que residem em favelas localizadas no território fluminense, para analisar os hábitos e os pensamentos da própria população acerca do assunto.

²⁸ Entrevista concedida à autora deste trabalho em 07/09/2017.

4.1 – Análises da pesquisa

Quantos anos você tem?

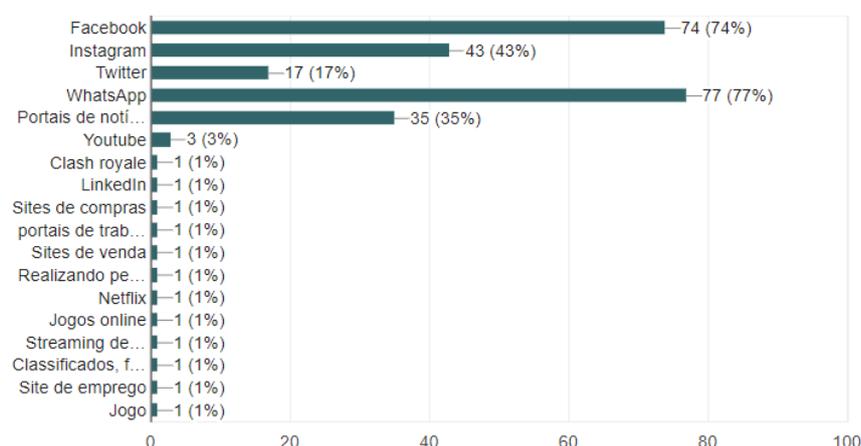
100 respostas



O questionário foi realizado entre setembro e novembro de 2017 e recebeu um total de 100 respostas de moradores de favelas do Rio de Janeiro. A maior parte deles (59%) tinham idade entre 25 e 35 anos no momento da pesquisa. No total, a faixa etária dos participantes aferida se manteve entre 11 e 64 anos. Responderam à pesquisa moradores das Zonas Norte, Sul, Oeste e Centro do Rio, além da Baixada Fluminense e região Metropolitana do Estado, sendo a maioria (72%) residente em favelas localizadas na Zona Norte do município.

Onde você costuma passar a maior parte do tempo online?

100 respostas

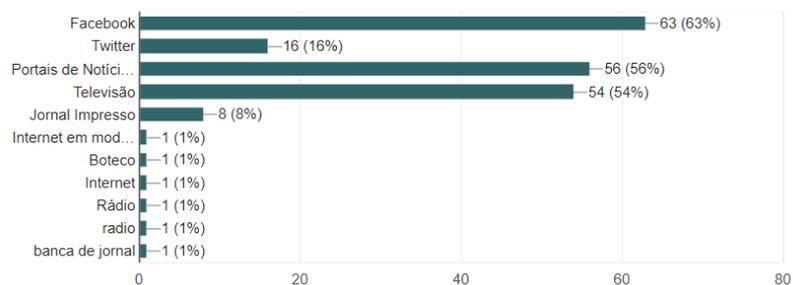


De acordo com o relatório, 72% dos entrevistados informaram passar mais de 3 horas por dia navegando pela internet. Os locais mais acessados, segundo as respostas, são o *WhatsApp*, com 77% das respostas; o *Facebook*, com 74%; o *Instagram*, com 43%; os

portais de notícia *online* ficaram na posição de quarto lugar mais acessado, com 35%; o *Twitter* teve 17% das respostas; e o *Youtube* 3 %.

Qual o principal meio que você usa para se manter informado?

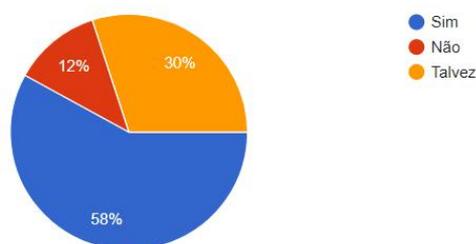
100 respostas



63% dos entrevistados afirmaram que utilizam o *Facebook* para se manterem informados; 56% disse que acessa os portais de notícia online; 54% contaram que também se informam através da televisão. Apenas 8 pessoas, um total de 8%, disseram que consomem notícias através de jornal impresso.

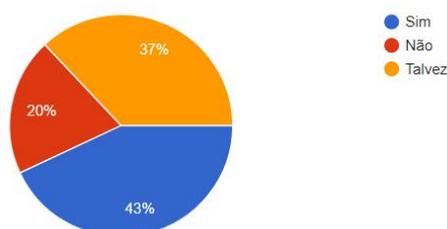
Você se considera uma pessoa atendida no que acontece na sua região?

100 respostas



Você se considera uma pessoa atendida no que acontece no Brasil e no Mundo?

100 respostas

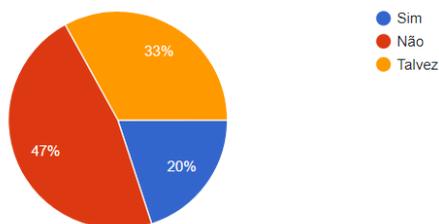


58% dos participantes informaram que se sentem atendidas sobre o que acontece na sua região, mas apenas 43% se sente informado sobre o que acontece no Brasil e no mundo.

E esse número cai ainda mais quando os moradores de favela fazem uma reflexão sobre a população periférica de um modo geral.

Você considera que os moradores de favela em geral são antenados no que acontece Brasil e no mundo?

100 respostas



Segundo o relatório, 47% dos entrevistados percebe que o morador de favela não busca saber sobre os acontecimentos nacionais e/ou mundiais. A pesquisa aponta ainda que 60% dos participantes acredita que o que falta para esse quadro mudar é interesse da própria população; para 49% o fator educação é essencial; 44% apontou que faltam assuntos que interessem a essa camada da população.

No ano de 2013, segundo Athayde e Meirelles (2016), 50% das residências de favela de todo o Brasil já eram conectadas à internet. “A maioria se ligava de casa à rede, e não mais das *lan houses*, que vão se extinguindo aos poucos. Na época, 85% carregavam no bolso ou na bolsa um aparelho de telefone celular. Destes, 22% eram smartphones” (ATHAYDE & MEIRELLES, 2016, 93). Desde antes da década de 2010 já era comum em algumas residências das periferias cariocas o compartilhamento de rede através do sistema de distribuição de banda larga, ao que Ivana Bentes chama de “plugadinho”²⁹

Apesar de os dados de conectividades em geral terem crescido bastante desde 2013, a pesquisa revela que ainda há o entendimento de que a população favelada não usufrua completamente dos benefícios da globalização digital.

Para Raul Santiago (2017) a problemática do consumo de notícias nas periferias é um legado histórico que vem desde a escravização dos negros no território brasileiro. Segundo ele, o pobre e favelado não criou o hábito de consumir informação proficiente na internet porque não é e nem nunca foi “treinado” para isso.

²⁹ Citação obtida durante debate de Comunicação comunitária realizado pela Agencia de Notícias das Favelas, em 9 de novembro de 2017.

A educação dos escravizados, como abordado no capítulo 2, nunca foi um direito a eles concedido. Mesmo depois do debate acerca da Lei do Ventre Livre, em que se discutia como os afrodescendentes iriam compor a sociedade sem sabe ler ou escrever, nada foi feito em favor dessa população.

Como ressaltado por Athayde e Meirelles (2016), no ano de 2013 a favela era composta por cerca de 67% da população de pessoas negras, ou seja, a maioria dos moradores de comunidades são de descendentes dos escravos, que, há pouco mais de 100 anos ainda eram tratados com objetos e mercadorias sem direitos e sem cuidados.

Se hoje, 67% dos habitantes da favela são negros, é certo que fazem parte de uma longa linhagem de excluídos do sistema econômico, vítimas de uma exploração que atravessou quatro séculos e de um desprezo que varou os cem anos seguintes. Para compreender o surgimento da favela, é fundamental lembrar que o irmão humano de origem africana foi durante a maior parte da história brasileira, considerado uma "coisa", ferramenta e ativo contábil, não gente, não pessoa, ainda menos cidadão (p42)

A problemática da educação entra no ciclo vicioso do poder e da riqueza, como os pensamentos de Maquiavel (1835), em que a classe trabalhadora precisa existir para sustentar a soberania e o poder dos governantes. No Brasil, a forma de manter o proletariado sob o domínio do Governo é conservando-os alienados e dispersos, e isso é obtido através da educação precária e da cultura da desinformação.

4.2 – A aproximação cultural e o consumo de notícia

Para Rene Silva (2017), há uma questão relevante que deve ser levada em consideração quando se trata de consumo de informação proficiente por moradores das periferias. Quanto mais próxima culturalmente da notícia, mais a população se interessa em ler, em divulgar, em reter o conteúdo reportado. O jovem acredita que o fato de a pessoa se reconhecer em uma notícia, contribui para que haja um consumo orgânico e natural dentro da população.

Muita gente começou a perceber que o jornal estava dando resultado desde o início, há mais de 10 anos, e fazia a diferença porque as pessoas se viam dentro do jornal. As pessoas se interessaram muito mais pelo jornal pelo fato de ser alguma coisa local, de se vê no jornal. O Voz das Comunidades tem isso de sempre estampar pessoas nas capas. Pode ver que praticamente todas as edições tem pessoas, tem gente, e as pessoas querem se ver lá (SILVA, 2017).

Essa característica por si só não seria um problema, se o oposto dessa situação retratada também não fosse parte do cotidiano do morador de favela. Silva contou que, ao

expandir seu jornal para 10 comunidades, todas localizadas no Rio de Janeiro, precisou mudar a forma de produção porque os habitantes de uma determinada região não se interessavam pelas notícias de outras regiões. Isso acontece mesmo sendo informações com origens diferentes, em territórios favelizados.

A gente tira por algumas coisas que aconteceram aqui no próprio Voz [das Comunidades]. Desde janeiro desse ano, a gente expandiu o jornal para 10 favelas e colocava um único jornal para todas elas, que são localizadas no Rio de Janeiro. Ai a gente começou a ver que nem todos os conteúdos dessas 10 favelas eram relevantes e interessantes para todas elas. Por exemplo, algum problema que estaria acontecendo na Cidade de Deus não era relevante para os moradores do Morro do Alemão, então o leitor passava a página, não se interessava em ler. Enfim, o leitor quer saber mais das coisas locais, mais próximas a eles. Por causa disso a gente teve que mudar a estrutura do jornal e produzir por região. Agora a gente tem uma edição com conteúdo só da Zona Norte, outras só da Zona Oeste e outra só com conteúdo da Zona Sul (SILVA, 2017).

Essa informação pode ser evidenciada com o resultado obtido através da pesquisa realizada pela autora, em que 57,6% dos entrevistados se consideram antenados nos acontecimentos da região onde moram. Entretanto, o índice diminuiu mais de 10 pontos percentuais quando a pergunta é se eles se consideram conscientes dos acontecimentos nacionais e internacionais. Apenas 42,4% afirmou conhecer minimamente o atual cenário nacional e mundial.

Com esses dados, é possível depreender que, mesmo as pessoas que têm o hábito de buscar e consumir notícias próximas a elas, não cultivam a mesma cultura de consumo quando o foco da notícia se distancia. Segundo René Silva (2017) isso pode ocorrer por uma falha de percepção do cidadão pertencente às classes mais pobres. “Eu acho que ainda temos uma dificuldade muito grande em entender que as coisas que acontecem do outro lado do mundo impactam na nossa vida. Seja uma guerra, uma política ou uma mudança na economia de outro país, às vezes, pode acabar afetando a gente também”, conclui o jovem.

Essa questão pode ser um dos motivos pela intensa propagação nas redes sociais de páginas, perfis e grupos informativos segmentados por bairros. A ativista Gizele Martins afirmou durante o debate de comunicação comunitária realizado pela ANF que todos os dias, religiosamente, acessa a página do *Facebook* Maré Vive para saber das condições de segurança da comunidade.

Hoje a página da Maré Vive tem 100 mil seguidores e todo dia, eu, Gizele, vou na página para ver se o caveirão entrou na favela ou não, e é o que todas essas 100 mil pessoas que seguem e que são moradores da Maré também fazem, para ver se podem sair de casa, se podem levar o filho na

escola. É a ideia da comunicação comunitária lutando para além da sobrevivência pontual ideológica, mas, também, para a sobrevivência do morador que está ali dependendo, acessando, acreditando e confiando nessa comunicação está sendo feita pelos seus, e não por quem está de fora (MARTINS, 2017)

Assim como a página Maré Vive, que tem 110 mil seguidores, outras páginas ou grupo *online* atingem um número significativo de gente. A Vila Cruzeiro – RJ tem 73.779 pessoas seguem a página, já a Bangu Ao Vivo, alcança a marca de 1.068.398 de seguidores. Mas há também os grupos fechados, como o Jacarezinho RJ, que comporta 25.509 membros, ou o Copacabana Alerta, que tem quase o dobro de participantes: 52.187.

Todos os dias, milhares de pessoas acessam a internet para nessas páginas e grupos informações sobre o local onde moram, onde trabalham, ou onde se encontram alguns familiares e amigos. A segurança, como citado pela Gizele Martins, é um dos assuntos mais procurados e propagados pelos internautas.

Há, inclusive, perfis em redes sociais unicamente voltados para informar questões de segurança em diversas localidades. Ou seja, em um único endereço eletrônico a pessoa pode saber como está a condição de segurança em vários pontos da cidade. O perfil Fogo Cruzado tem 12.054 seguidores.

Já a página Onde Tem Tiroteio (OTT-RJ), criada em fevereiro de 2016, alcançou a marca de 511 curtidas apenas no primeiro mês. Em seis meses, o número já havia duplicado e, atualmente, conta com um índice de 418.491 pessoas que recebem diariamente os alertas de segurança emitidos pelos administradores da página. Através das informações recebidas, o grupo não só previne seus seguidores, como cria estatísticas e expõe dados sobre a violência no Rio.

Todos os dias, após a meia noite, o OTT emite os indicadores aferidos pelo grupo. O resultado do dia 25 de novembro de 2017 foi: 14 tiroteios e 00 arrastões. Do mês de novembro até esta mesma data, houve registro de 326 tiroteios e 30 arrastões. Mas o número relativo ao ano é ainda mais alarmante: 4735 tiroteios e 385 arrastões.

Na semana entre os dias 29 de outubro e 04 de novembro, o ranking da violência, mais um produto informativo do grupo, aferiu que, das seis regiões mais violentas deste período, a favela Cidade de Deus liderou as estatísticas, seguida pela Penha e Vila Kennedy.

Com informações segmentadas, os perfis *online* seguem ultrapassando barreiras do mundo virtual e ganhando espaço no cenário urbano, principalmente entre as periferias. Esse método também é muito usado por grupos articulados de comunicação comunitária, mídia livre, midiativismo e comunicadores independentes, cada vez mais em ascensão nas favelas

cariocas. Isso por causa do imediatismo que há na difusão de informação, que muitas vezes é usada como mecanismo de proteção.

Quando alguém informava no grupo onde estava dando tiro a gente postava a informação na página e aquilo multiplicava. Em pouco tempo, a gente percebeu que, através dessa rede, a gente conseguia reduzir danos. A gente sabia imediatamente onde tinha o tiroteio, imediatamente a gente postava, imediatamente as pessoas via, imediatamente menos pessoas passariam naquele lugar enquanto estava tendo conflito. Redução de danos direta (SANTIAGO, 2017).

Apesar do alastramento dos perfis online, para Raul Santiago, as pessoas físicas que compõem o quadro de comunicadores comunitários e ativistas em favelas ainda é pouco, e não é suficiente para determinar um novo padrão social.

“Se você for analisar, nunca teve tanto consumo de informação nas favelas como tem hoje em dia. Mas isso ainda é pouco diante de toda a população que existe. Se você olhar o Brasil de cima, vai ver exatamente onde estão os grupos articulados e vai perceber que eles ainda não são nada diante da totalidade de moradores e moradoras que não têm o mínimo interesse pelas causas”.

Mesmo com o advento da tecnologia, Rene Silva (2017) acredita que a falta de uma educação digital voltada para os jovens de periferias é o que define em hábitos tecnológicos falhos.

Nós temos tudo mais fácil, mas nós não fomos educados para usar a internet, não tivemos uma educação que ensinasse: “oh, está chegando internet no Brasil, tem celular, tem entretenimento, mas também tem notícia tem educação, não só redes sociais”. (RENE, 2017).

4.3 – Comunicadores comunitários

Apesar de haver um grande déficit no que se refere ao consumo de notícias na população periférica, surge cada vez mais no cenário atual pessoas influentes nesse meio que, além de agirem como propagadores de notícia, assumem a postura combativa e atuam como militantes dos direitos suprimidos das favelas.

No Rio de Janeiro, influenciadores sociais como o Raul Santiago, a Gizele Martins e o André Fernandes chegam a participar de cerca de duas ou três reuniões ou debates acerca de comunicação e ativismo por dia de final de semana, fora os convites que acontecem também entre os dias de semana. Apesar de a expressividade dos moradores de favela estar ganhando força não só no cenário local – Raul Santiago estabeleceu uma parceria com o

FULANO DE TAL QUE, CONSTANTEMENTE, O CONVIDA PARA DEBATES E REUNIÕES NOS ESTADOS UNIDOS –, o momento ainda não define um novo padrão do morador de favela.

Se você der uma volta no Complexo do Alemão por dentro, você vai ver que o que tem hoje em dia ainda não é nada. Você vê o jovem que fica o dia inteiro na internet, mexendo no *Facebook*, mas não lê uma notícia, não sabe de nada que está acontecendo. Tem gente que sabe que o Coletivo Papo Reto ajuda, mas nem sabe como. Você pergunta para eles e eles não sabem o que é midiativismo. Se eu for me deixar levar pela aparência, eu vou achar que o Brasil está cheio de jovens politizados, porque eu vou para muitas reuniões cheias de jovens politizados e ativistas. Mas se você olhar o Brasil de cima, vai ver exatamente onde estão os grupos mais ativos e vai ver que eles são muito pouco em relação ao total da população que existe nas periferias.

De acordo a pesquisa do Data Popular divulgada pelo G1³⁰ em 2014, as favelas do Rio de Janeiro abrigavam 2.000.000 (dois milhões) de moradores, número maior que o encontrado em capitais como Manaus, Recife, Curitiba e Porto Alegre. No cenário nacional, o número de habitantes de favela sobe para 12 milhões, um total que corresponde ao quinto maior estado do país, o Rio Grande do Sul.

No último Censo do IBGE, em 2010, quantidade de moradores da rocinha, alemão, maré, complexo do lins. Sendo que em algumas comunidades como Jacarezinho, na Zona Norte, Catumbi, no Centro, Batan, em realengo e muitas outras, quando questionados, os moradores dizem que não há representantes e comunicadores do povo. “essas coisas só têm em comunidade que é visada, que tem mídia. Tem no Complexo do Alemão, na Rocinha, no Vidigal. Você acha que vai ter uma coisa dessa aqui?”³¹.

³⁰ Pesquisa divulgada em reportagem produzida pela jornalista Kátia Melo do G1 Rio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/com-2-milhoes-de-moradores-favelas-do-rio-seriam-7-maior-cidade-do-pais.html>. Acessado em 25/11/2017.

³¹ Afirmação feita à autora por um aluno de comunicação social da UFRJ, residente em uma comunidade da Região Central do Rio, que não quis ser identificado.

5 – CONCLUSÃO

*Que a informação é uma grande arma.
Mais poderosa que qualquer PT carregada.
Roupas caras de etiqueta, não valem nada.
Se comparadas a uma mente articulada.*
Racionais MC's

Através da análise da pesquisa realizada pela autora e da absorção das experiências de quem está inserido no contexto da comunicação nas periferias cariocas, é possível depreender que a população das favelas tem consumido cada vez mais informações proficientes no que se refere ao seu próprio contexto social. Eles utilizam a internet para buscar notícias sobre os locais onde trabalham, os bairros que residem, as pessoas que vivem a sua volta.

De acordo com a pesquisa, os conteúdos mais atraentes para os consumidores dessa camada da população são relacionados à cultura (49,5%), educação (48,5%) e violência (47,5%). Esse comportamento, entretanto, nem sempre se repete quando o tema das notícias se torna mais abrangente e distante espacialmente desse público, com informações do contexto nacional ou internacional.

Foi percebido que há, de fato, um sentimento de afastamento cultural dos cidadãos pertencentes às classes mais pobres em relação às notícias de um modo geral. Ou seja, se o favelado não consegue se associar à história reportada, ele não se interessa em consumi-la. Assim sendo, ele não cria o hábito de leitura de um jornal por completo, ou não tem costume de acessar algum portal de notícia *online* para tomar conhecimento do que está acontecendo no mundo de uma forma geral. O que ele busca são informações pontuais que refletem diretamente no seu cotidiano.

Para as notícias mais amplas, a porta de entrada mais presente no cotidiano desse grupo ainda é a televisão. Nela, entre um programa de entretenimento e outro, há os noticiários com seus repertórios informativos pré-determinados, independente do interesse individual do telespectador. Alguns com as editorias mundo já incluídos. E, muitas vezes, esse vai ser o único contato dessa camada da sociedade com essa demanda.

A questão da proximidade/afastamento cultural em si não é algo absurdo de se imaginar. É aceitável dizer que as pessoas buscam consumir as informações que, de alguma maneira, entendem como importantes na sua vida. Seja com uma notícia pontual, para adquirir um conhecimento que vai transformar o seu cotidiano, ou com algum conteúdo que possa ser relevante na essência do *éthos*.

O problema identificado através dessa pesquisa, é que, em regra, o favelado não tem ampla percepção do que é relevante para a sua vida, para sua construção conceitual, para a formação de uma mentalidade crítica e articulada. O conhecimento de mundo, como André Fernandes (2017³²) aponta, não é obtido dentro de uma sala de aula estudando história do passado, mas, sim, nas páginas diárias ou nos portais *onlines* dos jornais, absorvendo conteúdos atuais.

A visão de mundo! A pessoa que lê o jornal todo dia, que procura saber de todas as notícias. Que abre o jornal na [sessão de] economia para saber o que está sendo cotado, por exemplo, tem mais visão de mundo. Eu por exemplo tenho mania de ficar zapeando pela TV Câmara e TV Alerj, então eu sei o que esses caras estão pensando, o que eles estão construindo no nosso país. Mas quem é que normalmente faz isso dentro da favela? Então, quanto mais informação, mais a pessoa vai ter uma visão ampliada do mundo.

É preciso ter sempre o anseio de buscar mais conteúdo relevante, que pode não afetar diretamente a vida do indivíduo, como o ranking de regiões mais violentas do Rio de Janeiro, levantado publicado pelo perfil *online* Onde Tem Tiroteio, mas, certamente, vai estar construindo um sujeito com base conceitual capaz de opinar com maior domínio, capaz de identificar e combater opressões e exclusões sociais, capaz de utilizar seu raciocínio para ascender socialmente.

A internet, por exemplo, poderia ser um mecanismo para a transformação dessa estrutura social excludente e desleal no Brasil. Mas, após anos vivendo à sombra da sociedade, fadadas ao tratamento marginal oferecido pelo Estado, as classes mais pobres sofreram sequelas conjunturais que desencadearam um reflexo em cadeia perpassado pelas gerações e, hoje, a favela é a resposta pragmática ao questionamento de Ottoni ainda nos tempos de escravização.

“Como vêm eles depois para a sociedade, tendo sido cativos de fato, não sabendo ler nem escrever, não tendo a mínima noção dos direitos e deveres do cidadão, inçados de todos os vícios da senzala?” (OTTONI *apud* NABUCO, 2000, p. 35).

Poderiam ter se tornado uma potência! Na favela estão inseridas as classes trabalhadoras, a população que faz o trabalho pesado, que garante a produção das fábricas, que movimenta a economia, que levanta antes do sol, atravessa a cidade, exerce seu trabalho e, quando de volta, gerencia o seu lar com a maestria de um economista formado pela vivência de quem precisa administrar um salário mínimo para o mês. Tudo isso com um

³² Em entrevista concedida à autora no dia 9 de novembro de 2017. Disponível em: anexo

sorriso no rosto: 94% dos moradores de favela se consideram pessoas felizes (ATHAYDE & MEIRELLES, 2016). Mas, ao contrário, definiu após longos anos recebendo políticas públicas de exclusão.

"Mais fácil lhes parecia remover um cortiço ou uma favela do que construir polos de educação e habilitação profissional para esses indivíduos. Nessa receita primordial de gestão das diferenças, misturam-se a ignorância, o preconceito, o egoísmo, a preguiça e a incompetência" (ATHAYDE e MEIRELLES, 2014, 43).

Administrando a coletividade tão eficiente quanto varrer a poeira para baixo do tapete, como apontaram Athayde e Meirelles (2016), o Estado, tinha nas mãos a solução: tratar as classes sociais mais pobres como massa potencializadora. Mas preferiu priorizar uma estética hipócrita, através de uma harmonia dissimulada, com falsa aparência de organização, e se mostrou incompetente na missão de comandar a diversidade.

No Brasil capitalista e desigual, já dizia o grupo de rap Racionais MC's, para correr atrás do prejuízo, o negro – que compõem 67% da população das favelas – precisa se mostrar duas vezes melhor que a sociedade como um todo, mas como fazer isso sem estrutura?

*Desde cedo a mãe da gente fala assim
'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor'
Aí passado alguns anos eu pensei
Como fazer duas vezes melhor,
se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história,
pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que
aconteceu?
(Racionais Mc's – A vida é um desafio)*

Mais de um século desde a abolição da escravatura, como apontam Athayde e Meirelles (2016), ainda há muitas barreiras sociais para consertar o dano causado à essa população e os números da desigualdade sejam retraídos. “Até hoje, parte da elite nacional rejeita, escandaliza, qualquer projeto de indenização ou de "ação afirmativa" dirigido aos descendentes dos escravos" (ATHAYDE & MEIRELLES, 2016, 42).

Com todas as evidências apontadas, entende-se que o problema do consumo de notícias nas periferias não se trata de ignorância, no sentido cognitivo da palavra. Esse dilema se evidencia como uma questão cultural rudimentada pelo tempo e pela própria exclusão social fomentada pelo Governo, que, para se manter soberano, aprisiona a classe trabalhadora em sua própria alienação. Pois, se soubessem o poder têm, certamente transformariam os caminhos conduzidos pelo Estado (MAQUIAVEL, 1532).

6 – REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de A.; VAZ, Lilian F. *Sobre a Origem das Favelas. Novas e Velhas Legitimidades na Restrução do Território*. IV Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, p.480-492, maio 1991.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro. 1992
- BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.
- BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. *Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza*. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p.48-63, dez. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392005000400003>. Acessado em 29/06/2017.
- CARA, Claudia A.; FRANÇA, Francieli M. *Aspectos do processo da industrialização brasileira. IV Encontro de Produção Científica e Tecnologia - NUPEM*, Paraná. 2008
- EDMUNDO, Luís, *O Rio de Janeiro do meu tempo. Brasília: Senado Federal*, Brasília, Conselho Editorial, 2003.
- FABER, Marcos Emílio Ekman; SEVERO, Eduardo; WOLF, Ismael. *História Econômica do Brasil na Primeira República: o desenvolvimento econômico brasileiro*. 2008. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/brasil/economiarv.htm>>. Acesso em: 10/06/ 2017.
- FIDALGO, António. *O consumo de informação. Interesse e curiosidade*, 1996 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.html>. Acessado em: 19/11/2017.
- GADELHA, Georgina S.; LIMA, Zilda M. M. *Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil na segunda metade do século XIX no Ceará*. História e Cultura, Franca, v. 6, n. 2, p.101-118, ago-nov. 2017
- GADELHA, Regina Maria D'aquino Fonseca. *A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX*. Revista de História, São Paulo, n. 120, p.153-162, jul. 1989. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i120p153-162>. Acessado em: 15/04/2017.

GUILLEN, Isabel. *Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica*. Recife: Fundaj, Inpso, 2001. não paginado.

GOMES, Laurentino, 1808: *como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2007.

GONÇALVES, Alfredo José. *Migrações Internas: evoluções e desafios. Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p.173-184, dez. 2001. FapUNIFESP. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142001000300014>. Acessado em: 20/06/2017.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Editora Companhia das Letras, 2009.

JAKOBS, Gunther; MELIÁ, Manuel. *Direito Penal do Inimigo: Noções e Críticas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

JUBILUT, Liliana Lyra. *A "responsabilidade de proteger" é uma mudança real para as intervenções humanitárias*. Revista Eletrônica de Direito Internacional, v. 2, p. 409-449, 2008. Disponível em: <http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/artigos/Liliana%20Jubilut%20DIH.pdf>. Acessado em: 20/08/2017.

LIMA, Denise Maria. *Magistratura no império: justiça e eficácia das decisões judiciais ante a aquisição de direitos dos escravos (1871-1888)*. Prisma Jurídico, v. 11, n. 1, p.125-141, 30 jun. 2012. University Nove de Julho. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5585/prismaj.v11n1.3562>. Acessado em: 15/06/2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe* (1513). Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>. Acessado em 10/10/2017.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. *Um país chamado favela*. São Paulo, Editora Gente, 2016.

MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil: O Imperador visto pelo barão do Rio Branco*. Brasília: Funag, 2015.

MOURA, Clóvis. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. Editora Expressão Popular, 2000.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000

PRIORI, Ângelo et al. *A modernização do campo e o êxodo rural*. In: PRIORI, Angelo et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Cap. 9. p. 115-127.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p.170-198, jun. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x005008005>. Acessado em: 06/08/2017.

SILVA, Marta do Nascimento. *A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da zonal sul carioca*. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/PUC, 2010.

SOUZA, Anna Gabriela Oliveira de. *Guerra de Canudos*. Guarabira, Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <Universidade Estadual da Paraíba>. Acesso em: 09 set. 2017.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003*. Orton IICA/CATIE, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Zahar, Rio de Janeiro, 1972

VALLADARES, Licia. *A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, n. 44, p.05-34, out. 2000. FapUNIFESP. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092000000300001>. Acessado em: 20/04/2017.

VAZ, Lilian Fessler. *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. Análise Social, p 581-597. 1994. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>. Acessado em: 22/04/2017.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação: mass media; contexto e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking*. 8. Ed. Lisboa, Presença, 1999.

Websites

Artigo “O tráfico chegou às universidades”, de Nilo Gomes

<https://www.ecodebate.com.br/2017/06/13/o-trafico-chegou-as-universidades-artigo-de-nilo-sergio-s-gomes/>.

Debate de Comunicação Comunitária ANF

<http://www.anf.org.br/debate-discute-comunicacao-comunitaria-e-midia-alternativa/>.

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa

<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/not%C3%ADcia/>.

Acessado em 16/10/2017.

Manual de redação do Estadão.

<http://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais>. Acessado em: 20/11/2017.

Portal G1 – entrevista com o historiador Milton Teixeira.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acessada em: 15/10/2017.

Portal G1 Rio – pesquisa Data Favela

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/com-2-milhoes-de-moradores-favelas-do-rio-seriam-7-maior-cidade-do-pais.html>. Acessado em 25/11/2017

Folha de S. Paulo – Reportagem de Antônio Gois

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1403200119.htm>. Acessado em 17/11/2017.

Folha de S. Paulo – reportagem de Kleber Tomaz

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0207200601.htm>. Acessado em: 17/11/2017.

ANEXOS

Anexo I. Participação da comunicadora e ativista Gizele Martins no debate de comunicação comunitária produzido pela Agencia de Notícias da Favela no dia 9 de novembro de 2017³³:

A gente precisa discutir por que no asfalto existe um tratamento e na favela tem um outro tratamento. E eu não via toda essa problematização em um simples lide ou na notícia que a grande mídia colocava no jornal. Era sempre algo como “o tiroteio na maré impediu a circulação de estrangeiros ou de qualquer população carioca entre o aeroporto e a Zona Sul [do Rio]”. Nunca as notícias falavam da Gizele Martins e dos mais de 132 mil moradores que moram nessa favela da Maré.

Aí eu pensei: ”preciso fazer jornalismo para aprender mais essa técnica e continuar nessa comunicação comunitária”, e já estou nessa luta há mais de 15 anos.

Jornal comunitário impresso cria um afeto dentro da comunidade. Tem gente que faz trabalhos escolares daquele jornal, professores faziam prova de interpretação de texto com o Jornal Cidadão³⁴, tem moradores que colecionavam.

Hoje na Maré existe a página do *Facebook* Maré Vive, que eu também participei da criação. Criamos a página na época em que o exército invadiu a Maré, porque só um jornal impresso não dava conta das notícias 24h de violação de direitos humanos que aconteciam dentro da favela da Maré e ainda acontece. Nós não colocamos a cara de quem tinha criado a página, mas eu ameaçada de morte e fiquei seis meses fora da Maré.

Então, discutir comunicação comunitária tem toda uma problematização porque se trata da nossa própria vida. Nós que somos produtores das notícias estamos morando nesse mesmo território. Então tem a questão da segurança interna desse comunicador, a segurança externa, com a família. Eu fiquei morrendo de medo deles pegarem minha família, pois tenho mais de 100 pessoas da minha família na favela da Maré. Como eu ia tirar minha família dali?

Devido a isso, eu precisei me desvincular dessas mídias, e a gente precisava também ter uma articulação melhor com as organizações que trabalham com segurança de comunicadores e jornalistas. A gente tem no Brasil 30 jornalistas assassinados em seis anos

³³ A participação de Gizele foi gravada em áudio e transcrita pela autora.

³⁴ Jornal comunitário que circula no complexo da Maré há mais de 20 anos, segundo Gizele Martins, que compôs o quadro de colaboradora por cerca de 15 anos. Atualmente o jornal não tem mais a versão impressa, apenas *online*.

e isso é muito grave. A gente tem comunicadores comunitários em todo o país sendo ameaçados de morte.

Como eu digo, hoje eu tenho dois empregos para sustentar a minha militância na comunicação comunitária. Tem que pagar passagem, o lanche. Eu e Raull [Santiago] tivemos um debate essa semana que começou nove horas e acabou meia noite. Nem sempre te dão o dinheiro da passagem para quando sair meia noite de um debate. Então a gente acaba tendo que sustentar nossa própria militância, a gente acaba dando dinheiro para imprimir nossos próprios jornais.

Em 2014, por exemplo, mesmo eu já sendo antiga nesse rolê da comunicação comunitária de favelas, eu não sabia a quem pedir apoio em uma hora de socorro que eu estava sofrendo ali sendo ameaçada de morte dentro da minha própria casa. A gente precisa articular essas organizações que trabalham com a segurança desses comunicadores, a gente precisa colocar os comunicadores em contato com essas organizações, para que não tenha uma única pessoa segurando todos esses contatos, porque na esquerda a gente tem esse problema. A gente precisa também fazer cursos de formação e focar na formação desses comunicadores.

Acabou tendo um momento em que a Gizele teve que se expor ou ela morria. Ou seja, para mim, a não exposição não vale mais. Eu tenho que me expor 24h, então eu tenho uma rede de apoio que sabe onde eu estou, que horas eu estou chegando, porque eu sou uma comunicadora comunitária que denuncia violações de direitos humanos.

Não é a toa que a gente não tem recursos para a comunicação comunitária, é porque a gente está lutando pela democratização da comunicação, porque a gente está fazendo uma mídia contra hegemônica, uma mídia ideológica que pauta a questão racial, que pauta uma briga de pensamentos, de mobilização de ideias. A gente tem seis ou sete famílias que são donas dos veículos de comunicação, que estão também dentro do congresso.

Nós, comunicadores sem grana, sem proteção, sem recurso, sem emprego, estamos fazendo uma comunicação de guerrilha. Então não é por acaso que a gente não tem recursos dados a esses comunicadores e comunicadoras. A ideia é que a gente não tenha recursos para que a gente não melhore essa comunicação.

Eu se tivesse uma grana, estaria bombando no Rio de Janeiro com um monte de comunicação, fazendo inúmeros cursos de comunicação comunitária, fazendo outros comunicadores e comunicadoras nascerem.

A gente tem uma rede de comunicadores que nascem no momento que as favelas do Rio de Janeiro foram atacadas por esses megaeventos, pelas UPPs, pelas remoções, e com

a queda de direitos. Então a gente tem um aumento desses comunicadores comunitários, que é muito bom, que nasceram justamente dessa necessidade de falar e fazem outro tipo de comunicação, que é a internet, o *Facebook*, o *Youtube*, que é a roda de conversa nas escolas, nas ruas.

É outra função do comunicador comunitário. Tem que escrever a matéria diferenciada, mobilizar a favela para que o Bope não pegasse o corpo, é expulsar o Bope, expulsar o caveirão, fechar a Linha Vermelha, a Avenida Brasil, protestar contra aquilo e ainda avisar aos moradores a hora de sair, a hora de entrar. Ou seja, nossa função de comunicador é para além de um simples lide. E aí, a gente precisa aprofundar o debate, precisa ter mais entrada nas universidades. Que a gente exija a presença de matérias, que não sejam eletivas, de comunicação comunitária dada por comunicadores comunitários.

Hoje a página da Maré Vive tem 100 mil seguidores e todo dia, eu, Gizele, vou na página para ver se o caveirão entrou na favela ou não, e é o que todas essas 100 mil pessoas que seguem e que são moradores da Maré também fazem, para ver se podem sair de casa, se podem levar o filho na escola. É a ideia da comunicação comunitária lutando para além da sobrevivência pontual ideológica, mas, também, para a sobrevivência do morador que está ali dependendo, acessando, acreditando e confiando nessa comunicação está sendo feita pelos seus, e não por quem está de fora.

AnexoII. O tráfico chegou às universidades³⁵ - artigo de Nilo Sergio S. Gomes³⁶

Os jornais cariocas têm noticiado, quase que diariamente, o fechamento de escolas públicas do ensino primário, no Rio de Janeiro, em razão dos constantes tiroteios entre policiais militares e traficantes de drogas. Segundo o jornal Extra, do último dia 5 de junho, 320 dessas escolas foram fechadas neste ano, pelo menos uma vez, desde o reinício das aulas em fevereiro. Isto equivale a cerca de 70% das aulas que deveriam ter sido ministradas. Quem perde com essa situação?

O dado é alarmante, mas essa realidade não é mais exclusiva das escolas públicas, localizadas em áreas consideradas de “risco”, tais como os Complexos da Maré ou do Alemão, onde estão várias favelas da cidade, hoje identificadas pela grande mídia como “comunidades”. O tráfico, agora, também influencia a rotina de muitos universitários. Não pela venda de seus “produtos” nos campi das faculdades, mas por uma outra razão.

Nas unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, como na Escola de Comunicação (ECO-UFRJ), vários professores receberam, neste semestre, pedidos de abono de faltas de estudantes. Não por doença ou atestados médicos, como é de costume. Mas porque são estudantes que residem nessas áreas. Nas aulas de História do Jornalismo, do ciclo profissional, cujo início é às 7h30, três estudantes não puderam fazer o exame de conclusão do semestre, junto com os demais colegas, por não terem conseguido sair de suas casas, devido à violência. Vão fazer a segunda chamada.

– Professor eu moro no Morro da Providência e estava muito perigoso sair de casa. Era muito tiro, professor, desde a madrugada. E aí minha família achou melhor não me arriscar e explicar depois a situação ao senhor – disse uma das alunas ao professor da matéria.

A outra aluna reside na favela Nova Brasília, localizada no Complexo do Alemão, na Zona da Leopoldina. Nesse mesmo dia da prova, o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) realizou uma investida contra os traficantes da área, que receberam os policiais à bala. Novamente, o medo de sair de casa e ser alvejado.

– Era muito tiro, professor. E o pior de tudo é que quem conseguisse sair não sabia se iria conseguir voltar. Muitas vezes, esses tiroteios duram toda a manhã, vão pela tarde e, à noite, então, nem pensar em sair. Muitas vezes eu tive que dormir na casa de minhas amigas aqui da faculdade, por causa desses tiroteios – disse a estudante do 5º período de Jornalismo da ECO.

³⁵ Artigo de Nilo Sergio S. Gomes. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/06/13/o-trafico-chegou-as-universidades-artigo-de-nilo-sergio-s-gomes/>

³⁶ Nilo Sergio S. Gomes é jornalista, pesquisador, doutor em Comunicação, professor da ECO/UFRJ e editor do portal Porteira do Mato.

Mestiçagem social

Os relatos se alteram, conforme a localidade de cada aluno, mas a realidade de fundo é sempre a mesma: a violência que tomou conta da cidade do Rio de Janeiro já impede o ir e vir, cotidiano, das pessoas. Já não é de hoje. E os casos não se restringem aos estudantes. São muitos os pais e mães que deixam de ir ao trabalho pela mesma razão: o medo de sair no meio de um tiroteio, colocando em risco a própria vida.

Morador do Morro do Dendê, na Ilha do Governador, um estudante de 23 anos também vive as mesmas dificuldades, sendo impedido de ir às aulas quando os traficantes entram em confronto com a Polícia Militar ou, ainda, quando o confronto é entre grupos de facções diferentes. A situação é tão perigosa que ele teve que pedir transferência do curso noturno

para o da manhã, pois era praticamente impossível retornar à noite para sua casa.

– Não é fácil, para quem mora em comunidade, sair e chegar à noite da faculdade.

Em meio a esses relatos, há que se destacar um aspecto positivo, mas que não atenua a gravidade da situação. É ele o fato de, através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), jovens residentes em favelas estarem chegando às universidades, em quantidades crescentes, alterando as estatísticas sociais.

Até bem pouco tempo, o espaço universitário público era basicamente ocupado por jovens brancos, vindos das classes média e/ou alta. Hoje é possível encontrar, em muitas faculdades, jovens negros e jovens oriundos de famílias de trabalhadores.

Embora ainda predominem os brancos, filhos de média e alta classe média, os espaços nas universidades públicas estão cada vez mais coloridos e misturados, com a presença de negros, brancos e pardos. Para avançar nessa “democratização do acesso ao Ensino Superior, ficam faltando agora somente os índios...

APÊNDICES

Apêndice I, Entrevista com Rene Silva

Eu: como eu havia comentando, estou estudando a forma como os moradores de favela costumam consumir as notícias no dia a dia e me surgiu como problemática o fato de que muitos não se interessam por notícias gerais. A hipótese que eu encontrei mais palpável é a possibilidade de haver um sentimento de afastamento cultural relacionado às notícias. Ou seja, eles acreditam que o que acontece distante espacialmente das favelas, não atinge a vida de quem mora lá. O que você acha dessa problemática e dessa hipótese?

Rene: Hoje a gente tem muito mais acesso à informação, mas eu acho que existe uma parcela de jovens que está interessada nisso, porém, a maior parte não está nem um pouco afim, nem um pouco interessada

A gente tira por algumas coisas que aconteceram aqui no próprio Voz [das Comunidades]. Desde janeiro desse ano, a gente expandiu o jornal para 10 favelas e colocava um único jornal para todas elas, que são localizadas no Rio de Janeiro. Ai a gente começou a ver que nem todos os conteúdos dessas 10 favelas eram relevantes e interessantes para todas elas. Por exemplo, algum problema que estaria acontecendo na Cidade de Deus não era relevante para os moradores do Morro do Alemão, então o leitor passava a página, não se interessava em ler. Enfim, o leitor quer saber mais das coisas locais, mais próximas a eles. Por causa disso a gente teve que mudar a estrutura do jornal e produzir por região. Agora a gente tem uma edição com conteúdo só da Zona Norte, outras só da Zona Oeste e outra só com conteúdo da Zona Sul.

Eu acho que tem gente sim interessada com política, por exemplo, mas eu acho que tem muito mais gente que não está interessada. Eu concordo com o seu ponto de vista dessa situação. E você tira, por exemplo pela escola. Se você vai em uma escola e leva uma discussão sobre política, por exemplo, meia dúzia de alunos vai se interessar, debater e discutir. A maioria vai achar superchato, querer ir embora e não vai ligar.

Eu acho que ainda temos uma dificuldade muito grande em entender que as coisas que acontecem do outro lado do mundo impactam na nossa vida. Seja uma guerra, uma política ou uma mudança na economia de outro país, as vezes, pode acabar afetando a gente também.

Os jovens hoje em dia têm a mania de ler só o título que muitas vezes são sensacionalistas, e reproduzem e compartilham as matérias só pelo título, sem nem abrir e ler a matérias, o que acaba gerando boatos.

Quando se fala, ‘ah! Mas hoje tem muito mais gente se importando por assuntos diversos, como a política, a economia’, eu acho que tem uma parcela muito pequena. Comparado ao que era antes, é grande, porque não tinha quase ninguém interessado. Hoje a parcela de interessados é maior. Mas, ainda comparando ao total das pessoas, é pequeno. Não é uma porcentagem grande.

Eu: você vê alguma relação com a forma que o favelado lida com a informação atualmente e a questão histórica vivida pela população?

Rene: Eu acho que sim, principalmente pelas pessoas falarem muito ‘eu não tenho tempo’ ou ‘eu tenho que trabalhar’. Às vezes, a única informação que a pessoa tem acesso é na capa do jornal que ela passa de manhã pela banca e vê. No metrô passam as últimas notícias naquelas televisões, no ônibus também tem algumas. Então muita gente acaba se informando muito superficialmente sobre as coisas que estão acontecendo.

Eu: O Voz das Comunidades foi criado há 12 anos. Se hoje ainda há essa deficiência na busca por informação das periferias, o que você acha que foi o diferencial para você ter conseguido ir “contra o fluxo” em uma época que o acesso era ainda mais precário e ter conseguido expandir o seu trabalho?

Rene: o grande diferencial dessa história toda foi o fato de terem sido notícias relevantes para a própria comunidade, ou seja, notícias locais. Até hoje, quando a gente vai fazer uma matéria sobre qualquer coisa, muita gente não entende. Outro dia eu fui fazer uma matéria sobre um buraco na [Avenida] Itararé e um morador passou e falou: “mas por que você está falando sobre isso? Ninguém liga.” O buraco está lá há anos, mas a pessoa se acomoda e acha que aquilo não é um problema, que é algo normal, que aquilo tem que ter mesmo e vive assim.

Muita gente começou a perceber que o jornal estava dando resultado desde o início, há mais de 10 anos, e fazia a diferença porque as pessoas se viam dentro do jornal. As pessoas se interessaram muito mais pelo jornal pelo fato de ser alguma coisa local, de se vê no jornal. O Voz das Comunidades tem isso de sempre estampar pessoas nas capas. Pode ver que praticamente todas as edições tem pessoas, tem gente, e as pessoas querem se ver lá.

Quando eu vejo as pessoas comentando que os jornais impressos vão acabar, eu acho que muitos vão sim se tornar digitais, mas muitos vão continuar sendo impressos, mas serão locais, sendo de bairro, por região com três, quatro bairros, como em cidades pequenas que

geralmente têm esses jornais que saem a cada dois ou três dias. E eu acho que isso vai acontecer logo.

Eu: sobre as pessoas terem cada vez mais acesso a celulares e à conectividade móvel e, com isso, terem o acesso à informação, porém, mesmo assim não terem o costume de consumirem informações proficientes, você acha que isso pode ser uma questão cultural?

Rene: Eu acho que isso é sim uma questão cultural e tem a ver com a educação também, no sentido acadêmico mesmo. Eu acho que os pais não têm muita culpa nessa história porque eles não sabem nem o que os filhos estão fazendo na internet. Eles são ainda mais afastados desses recursos, então eu acho que falta mais incentivo de outras esferas. A família não tem como incentivar sendo que muitos dos pais nem tem acesso ou sabem menos do que os próprios filhos.

Betinho Casas Novas: Meu pai lia jornal o dia inteiro, então eu brincava de ler jornal quando eu era criança, então comecei a crescer gostando de ler jornal.

Rene: eu digo que os pais não têm culpa quando eles também não têm costume de ler jornal, ou não teve o acesso à tecnologia. Então quando o filho vai acessar à internet o que é mais comentado na escola? O *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram*, então é isso que ele vai ser estimulado a acessar. O que ele vai ficar fazendo o tempo inteiro é ficar conversando com o amigo da escola, curtindo a foto das pessoas da sala dele e acaba não absorvendo informações [proficiente].

Eu acho que hoje em dia a gente tem muito mais acesso e oportunidade, mas, também, muito mais falta de interesse.

O que você quiser aprender na internet você aprende! O que você quiser pesquisar, o *Google* te responde! Se você quiser saber como fazer brigadeiro de chuchu você vai encontrar. Nós temos tudo mais fácil, mas nós não fomos educados para usar a internet, nós não tivemos uma educação que ensinasse: “oh, está chegando internet no Brasil, tem celular, tem entretenimento, mas também tem notícia tem educação, não só redes sociais”. E as redes sociais nos oferecem muito mais publicidade do que notícia. Tudo que é pago aparece no nosso *feed*, então a gente consome muito mais propagando do que notícia.

Eu: muita gente usa o fato de que na internet estão hospedadas infinitas informações para criticar os jovens favelados, dizendo que eles não aprendem porque não querem, pois se quisessem, poderiam conquistar muita coisa estudando online. Apesar disso, você levanta a questão da educação voltada para o meio digital como uma problemática. Você pode me falar mais sobre isso?

Rene: eu acho que a gente tem que ter, antes de mais nada, o ensinamento de como usar e se apropriar da internet, porque a internet te dá muitas possibilidades e oportunidades para você estudar. Quando se fala que as pessoas podem ter um acesso global através dela, pode ser que sim, mas pode ser que não. Depende muito de onde você quer chegar, o que você quer fazer, quais caminhos você quer percorrer. Hoje em dia, teoricamente, você não precisa mais pagar por um curso de inglês, porque o *Youtube* te oferece inúmeros vídeos, inúmeras aulas que você pode aprender. Então nós temos muito mais oportunidades, mas as pessoas não têm interesse por falta de motivação, porque não há essa consciência de que elas têm isso tudo na palma das mãos. Eu acho que a questão da tecnologia precisa ser trabalhada nas escolas para que tenhamos uma mudança no posicionamento das pessoas.

Eu: Você tem a percepção de que as pessoas costumam consumir coisas que possam afetar na vida delas?

Rene: Sim! Nós resolvemos mudar a formatação do jornal porque percebemos que as regiões eram muito afastadas espacialmente. Então digamos que das 20 páginas do jornal, talvez duas eram sobre notícias do Alemão e as outras 18 eram das outras favelas. Então os moradores daqui só liam duas notícias da sua favela e nós vimos que mesmo sendo problemas relativamente parecidos em todas elas, uma coisa que acontecia no Fumacê, na Zona Oeste, por exemplo, não interessava aos moradores daqui, porque eles queriam ler notícias mais locais.

Eu: Você tem intensão de produzir uma editoria Mundo no jornal impresso ou no online, já que o Voz das Comunidades pode ser visto como uma janela no morador para as coisas que estão acontecendo?

Rene: a gente ainda não tem isso não, mas é uma boa opção a se pensar. Por exemplo, a Maria faz muita matéria de política. Ela escreve sobre as coisas que estão acontecendo no dia a dia, mas com uma linguagem muito mais acessível para a comunidade e, sendo dentro do Voz das Comunidades, talvez as pessoas tenham mais interesse de ler, do que teriam em algum outro jornal. Isso porque ela [a repórter] acaba trazendo para a realidade do morador o que as coisas que acontecem na economia vão impactar na vida dentro das favelas.

APÊNDICE II

Eu: o que você acha da hipótese de que o favelado não costuma consumir notícias diversas, mesmo tendo o advento da tecnologia, por uma hipótese de afastamento cultural histórico gerado ao longo dos anos pela exclusão social e deficiência educacional?

André: Tem o tipo de informação que a favela consome. Porque o pensamento de grande parte da população da favela que não conseguiu estudar tanto, não tem o entendimento de que aquilo que está acontecendo em outros lugares do mundo possa afetar a sua vida diretamente. Então, eles querem saber muito da questão da segurança pública, querem saber aquilo que está acontecendo ali no dia a dia. Por isso que esses programas com apresentadores sensacionalistas, que falam o tempo todo de polícia, tem uma grande audiência.

Você vê também que a pessoa que quer ter uma informação mais qualificada, ela tem que ter também uma televisão a cabo, por exemplo, porque na TV aberta, o que você tem é uma informação sensacionalista. Fora a TV Globo e alguns outros veículos, se você liga a televisão agora à tarde, a maioria dos canais vão estar passando programas com quase todo o conteúdo de reportagem policial.

Eu não acredito que a população de favela não consome informação, mas é o tipo de informação que ela consome que é diferenciado das classes médias, da elite, justamente por conta do que vivem o tempo todo. Se a favela está em guerra, ela quer saber se ela pode voltar para casa, é o básico, a segurança que ela quer ter.

Eu: Você não acha que isso reforça a hipótese de afastamento cultural da população periférica em relação à informação veiculada nas mídias hegemônicas? Porque ao mesmo tempo em que eles têm interesse em consumir informação de violência do seu bairro, eles não têm o mesmo interesse por violências que não os afetam, como algo que tenha ocorrido em outro estado ou país.

André: Você está certíssima. Não é diferente disso! Por isso, inclusive, que a nossa organização, a nossa empresa, por exemplo foca em pegar as galeras das favelas e botar eles para publicarem seus livros. Quer pegar essa galera toda quem tem produção cultural e traduzir isso. A gente criou agora um pré-vestibular para a população das favelas com a nossa metodologia. A gente tem um portal, a gente tem uma editora, então a gente quer que eles leiam os nossos livros, a gente quer que eles consumam essa informação, mas também sejam autores.

A favela não tem o entendimento da potencia que a cultura pode trazer. Quando você pensa em fazer um evento dentro da favela você está gerando renda para eles próprios, ou

seja, você está fazendo a população entender a importância que a cultura tem sobre as suas vidas. A população muitas vezes vai só por divertimento né!? Não tem a profundidade do entendimento.

Nós somos uma mídia contra hegemônica, porque se depender da grande mídia, nós não estamos importando muito. Até porque, a grande mídia tem até uma preocupação de como atingir esse público, que é um público consumidor. Você vê o [jornal O] Globo viu que estava tendo uma queda, porque jornal custa caro. Você vai comprar um O Globo no domingo e custa R\$7,50. Quem é o pobre que vai dar esse valor? Mas aí O Globo cria o [jornal] Extra, ou seja, cria jornais populares para continuar vendendo jornal. Aí você pega os dois jornais e vê a diferença entre as informações que eles colocam para a classe média e para a elite, e o que eles colocam para os pobres.

Mesmo no online, se você jogar as informações do O Globo no site do Extra, problema, está gerando conteúdo. Agora vai pegar as informações do Extra e jogar no O Globo. A classe média não quer ler!

Eu: eu queria que você me falasse um pouco sobre o jovem ter o acesso à internet e, conseqüentemente, a informações infinitas contidas nela e mesmo assim, não usufruir completamente desse benefício.

André: Isso aí vai do interesse, né!? Se você fez uma faculdade, o que você pensa, o que você quer consumir, é diferente. Mas quantas pessoas do Complexo do Alemão estão, ou já passaram, por uma universidade? Então, a maioria vai ler e consumir aquilo que está no seu dia a dia, aquela pessoa que não terminou o primeiro grau, você acha que ela vai consumir o que? Vai se interessar pela novela que ela viu no dia anterior e quer comentar com alguém.

Eu: e por que você acha que isso acontece?

André: por falta de instrução, por falta de estudo, né!? Por falta de conhecimento. O trabalho dela está cada vez mais caminhando para uma escravidão, novamente, com essas reformas trabalhistas, e a pessoa está ali, só vivendo aquela vida simples, que muitas vezes não tem nem tempo para se divertir, quanto mais para se informar. A pessoa acorda de madrugada, vai trabalhar na casa da patroa e não tem mais tempo para nada. Não estudou, não tem tempo para nada, ela vai consumir o que? Vai consumir aquilo que a TC Globo coloca para ela consumir: novela, informações que chegam através do Jornal Nacional, infelizmente bem manipuladas, de acordo com os interesses da organização.

A gente aprende na faculdade de jornalismo, na teoria do espelho, que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Mas, na realidade, as notícias são como são porque os editores e donos dos veículos assim a determinam.

Eu: qual foi a maior dificuldade que você sentiu ao criar a Agência de Notícias da Favela?

André: A dificuldade de sempre é grana né!? Como é que você roda 50 mil exemplares por mês. Começou por site, mas as coisas foram surgindo e em 2009 começamos com o jornal impresso. Hoje eu tenho clareza que a gente quer criar uma rádio comercial. Porque eu não tenho acho que a mídia contra hegemônica tem que existir só no campo das ideias, ela tem que ser contra hegemônica nos números. De que adianta dizer que é uma mídia contra hegemônica se você não pensa em crescimento?

Eu quero que o nosso jornal passe a circular no Brasil inteiro. É um sonho que eu estou perseguindo: em cada favela ter um colaborador escrevendo sobre a sua realidade. Hoje são mais de 400 colaboradores, um dia nós seremos milhares espalhados pelo mundo.

Eu: Você acha que o fato de você usar colaboradores de dentro das favelas escrevendo para o jornal influencia em alguma coisa no consumo da informação produzida?

André: Claro! Primeiro porque, para quem lê, há a credibilidade de saber que a informação vem de alguém de dentro da favela. E segundo que a rede de cada morador que é colaborador tem, faz com que isso circule. As redes sociais são um exemplo. Toda pessoa que tem um texto publicado no jornal ou no portal, eles compartilham né!? E aí tem a formação da rede. Essas duas coisas para mim são fundamentais.

Eu: Quando você criou a ANF, sentiu alguma dificuldade em relação ao consumo das notícias produzidas pelo próprio público alvo? Você sentia que as pessoas recebiam bem a informação? Ou eles não tinham o hábito de ler o que você publicava?

André: Eu acho que foi uma inovação. Até porque, dias depois que eu coloquei o primeiro site no ar, a *Reuters* publicou “surge a primeira agência de notícias de favela do mundo”. Em 2001, quando nós surgimos, não tinha muita coisa né, depois, vários veículos foram criados, vários, portais, vários sites.

Hoje em dia nós já estamos pensando em criar uma Associação de Comunicação Latino-Americana de Comunicação Comunitária e Mídia Alternativa. Minha ideia é começar a fomentar esse debate, inclusive pontuar o que é comunicação comunitária e o que é mídia alternativa. Muita gente confunde isso, mas o Mídia Ninja, por exemplo, é alternativa mas não é comunicação comunitária. A ANF é comunicação comunitária e também é alternativa.

Eu: qual a importância que você vê no consumo de informação na construção do indivíduo?

André: o consumo de informação é importantíssimo. O jornalista que não lê bate a cara na parede. A informação é tudo! O meu avô, que não tinha o segundo grau, era ferroviário e, quando se aposentou aqui foi convidado para construir ferrovia no Iraque, que depois a guerra destruiu, né!? Ele era um técnico muito bom, mas nem tinha o segundo grau, e por que isso? Porque ele começou a vida dele como vendedor de livro. Ele andava pelo país vendendo enciclopédia e ele lia tudo, era informação o tempo todo. Eu comecei a minha vida assim também, consumindo sempre informação. Sabe a pessoa que passa no vestibular mais fácil? Aquela pessoa que lê jornal todo dia! Tem uma música do Racionais MCs que tem uma frase que uma vez eu até coloquei em uma blusa nossa que dizia “*que a informação é uma grande arma/ Mais poderosa que qualquer PT carregada/ Roupas caras de etiqueta, não valem nada/ Se comparadas a uma mente articulada*”.

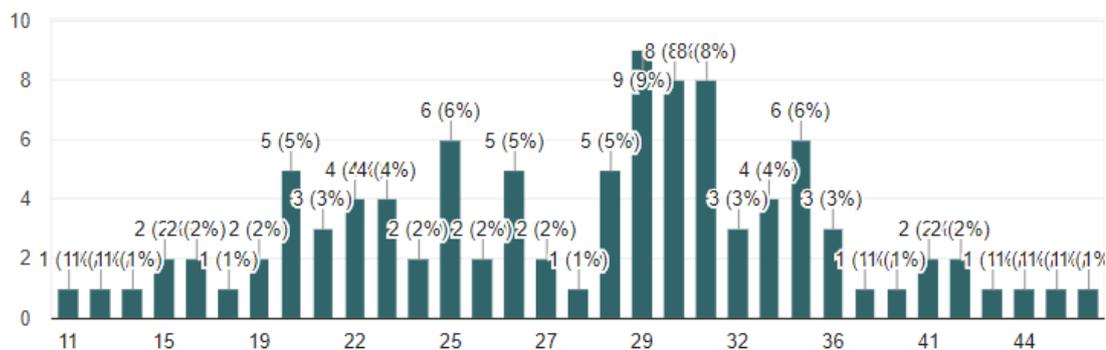
Eu: Mas de que forma você acredita que a informação pode mudar a construção do indivíduo?

André: A visão de mundo! A pessoa que lê o jornal todo dia, que procura saber de todas as notícias. Que abre o jornal na [sessão de] economia para saber o que está sendo cotado, por exemplo, tem mais visão de mundo. Eu por exemplo tenho mania de ficar zapeando pela TV Câmara e TV Alerj, então eu sei o que esses caras estão pensando, o que eles estão construindo no nosso país. Mas quem é que normalmente faz isso dentro da favela? Então, quanto mais informação, mais a pessoa vai ter uma visão ampliada do mundo.

Apêndice III. Pesquisa de consumo de informação nas periferias cariocas.

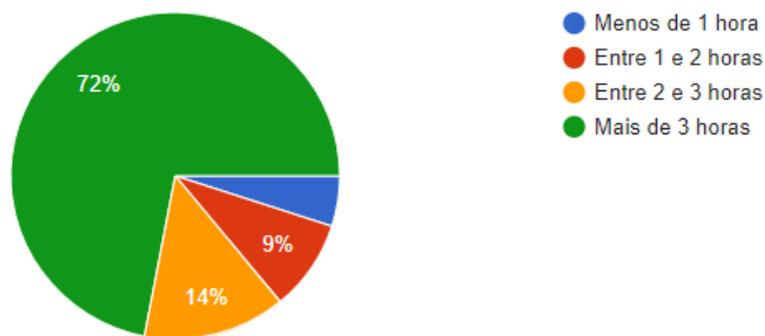
Quantos anos você tem?

100 respostas



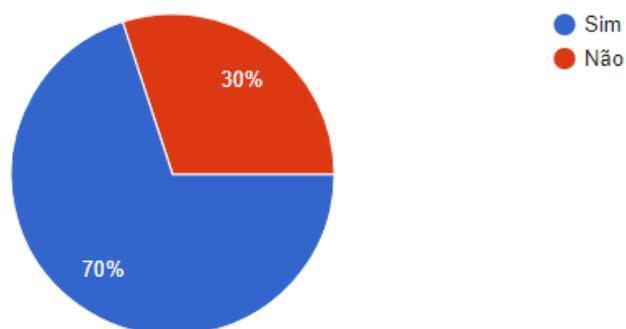
Quanto tempo em média você costuma passar na internet por dia?

100 respostas



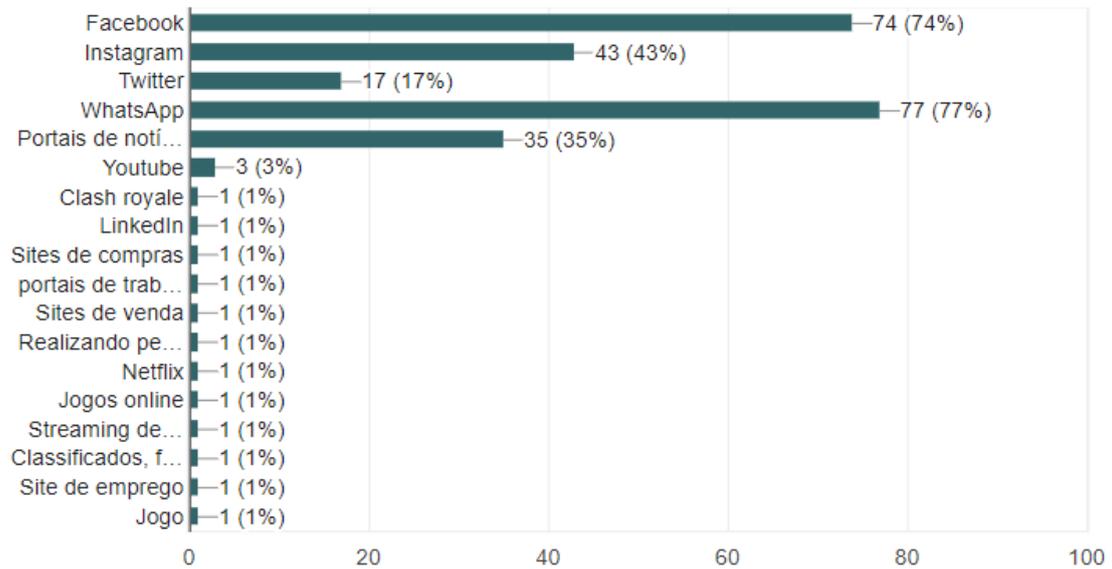
Você costuma clicar no link das notícias publicadas no Twitter ou no Facebook que aparecem na timeline?

100 respostas



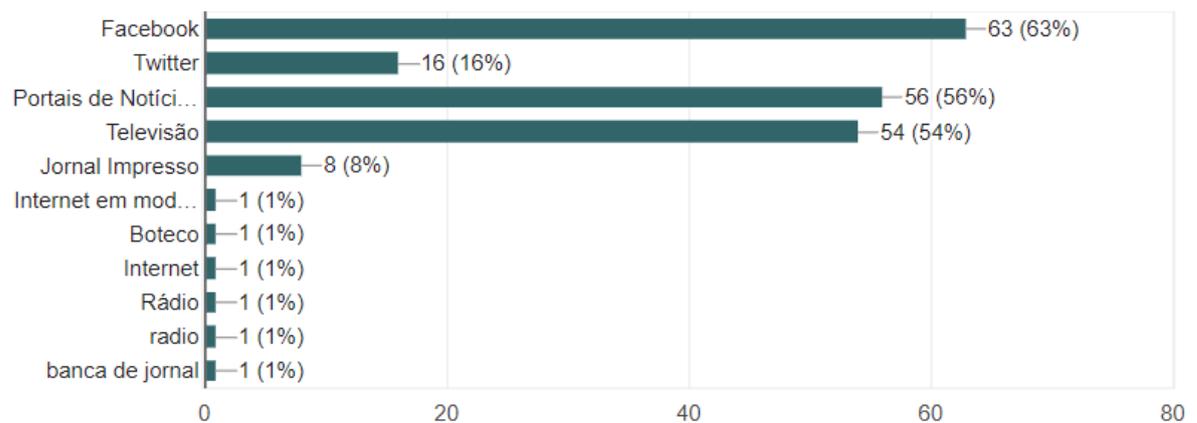
Onde você costuma passar a maior parte do tempo online?

100 respostas



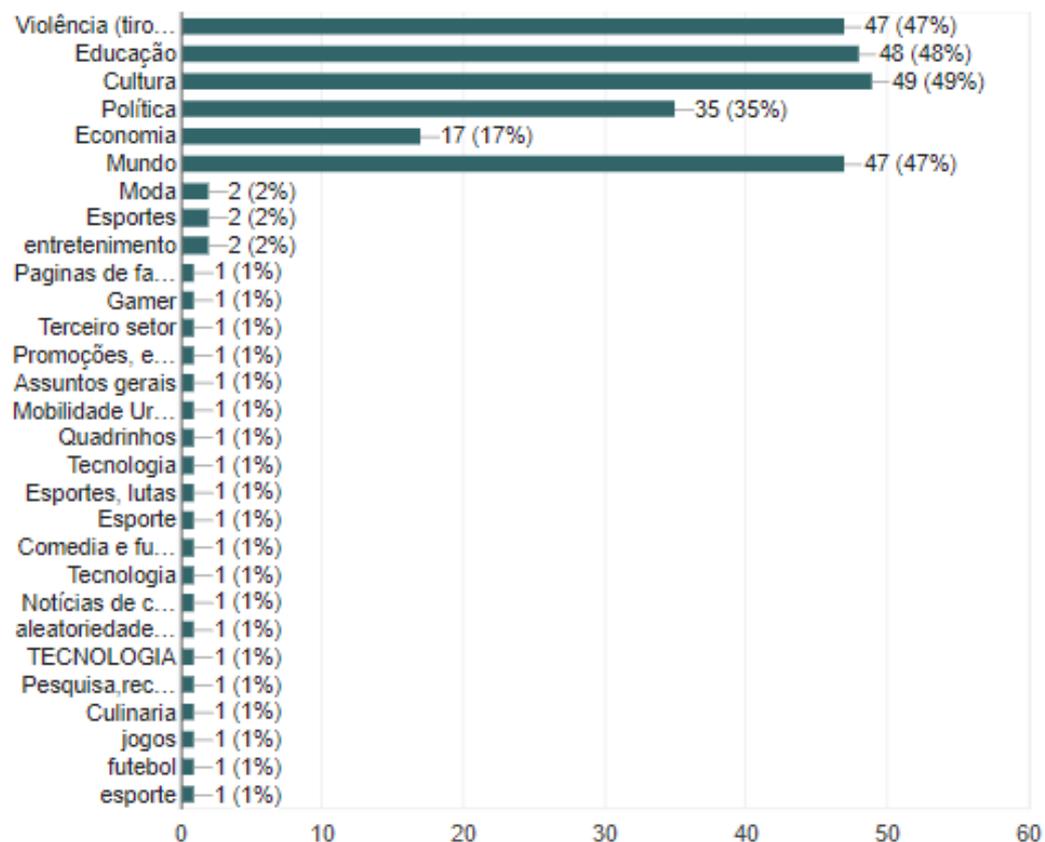
Qual o principal meio que você usa para se manter informado?

100 respostas



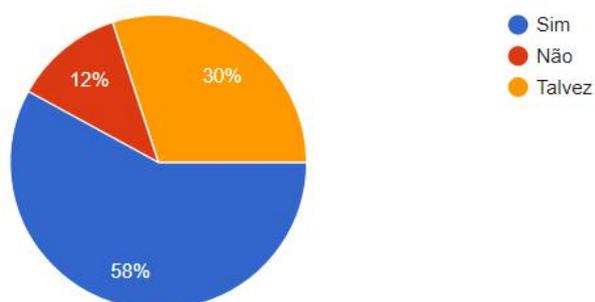
Qual tipo de notícia você costuma acessar mais?

100 respostas



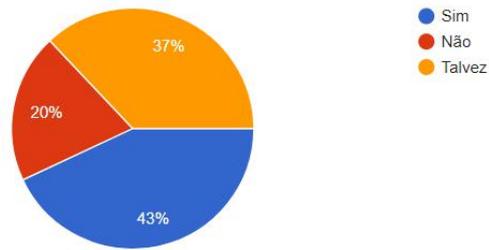
Você se considera uma pessoa atendida no que acontece na sua região?

100 respostas



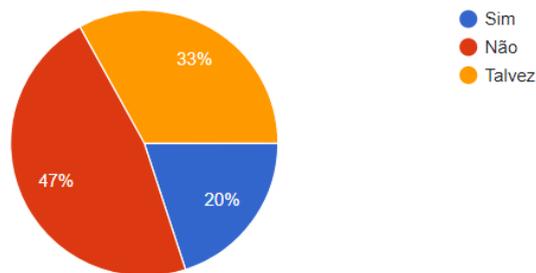
Você se considera uma pessoa atendida no que acontece no Brasil e no Mundo?

100 respostas



Você considera que os moradores de favela em geral são atendidos no que acontece Brasil e no mundo?

100 respostas



Qual tipo de notícia você costuma acessar mais?

100 respostas

